



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

DEZEMBRO/2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	15
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	23
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO.....	24
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	27
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	28
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	30
NOTAS EXPLICATIVAS	31
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32
NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS	33
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	33
NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	37
NOTA 04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	51
NOTA 05 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS	52
NOTA 06 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	68
NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	70
NOTA 08 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL	70
NOTA 09 - APLICAÇÃO NO MERCADO ABERTO E EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	70
NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO -TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	71
NOTA 11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	71
NOTA 12 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES -TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	73
NOTA 13 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO -TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	74
NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	74
NOTA 15 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	76
NOTA 16 - IMOBILIZADO	76
NOTA 17 - INTANGÍVEL	77
NOTA 18 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	78
NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	79
NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	79
NOTA 21 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	79
NOTA 22 - TRIBUTOS DIFERIDOS.....	81
NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	83
NOTA 24 - RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES	85
NOTA 25 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO	85
NOTA 26 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS.....	86
NOTA 27 - DESPESAS DE PESSOAL.....	86
NOTA 28 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	86
NOTA 29 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	87
NOTA 30 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	87
NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	87
NOTA 32 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	88
NOTA 33 - COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	97
NOTA 34 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. relativas ao exercício de 2018, em atendimento às exigências estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que disciplina a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASC).

Informações sobre o modelo de negócios do Banco, gestão de riscos e governança corporativa estão disponíveis no site <http://www.banrisul.com.br>, nas rotas: Relações com Investidores/Informações aos Investidores/Formulário de Referência; Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Relatório de Gerenciamento de Riscos, atualizadas, conforme última publicação na rota: Relações com Investidores/Informações aos Investidores/Divulgação de Resultados/4T18.

CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O ano de 2018 foi marcado pelo recrudescimento das incertezas no ambiente internacional e pelo aumento da volatilidade, associados, em grande medida, às perspectivas de realinhamento das condições financeiras frente à evolução da atividade econômica nas principais economias do mundo e ao avanço das tensões comerciais. Com efeito, a economia norte-americana, embora tenha preservado expansão consistente, acompanhada de baixos níveis de ociosidade no mercado de trabalho e de inflação controlada, passou a registrar indícios de moderação, sobretudo dos investimentos privados residenciais, em um contexto de elevação das taxas de juros. Já na Europa, a perda de ímpeto da atividade econômica e a ausência de pressões inflacionárias determinaram a condução cautelosa da política monetária do Continente, com manutenção da taxa básica de juros e redução gradual dos estímulos. Por sua vez, a economia chinesa, ainda que diante de maiores riscos de desaceleração, manteve desempenho compatível com a meta anual de crescimento estabelecida para o País e com o processo de rebalanceamento em curso.

No Brasil, em que pese o cenário externo mais desafiador e as incertezas domésticas, a atividade econômica brasileira se manteve em trajetória de recuperação gradual, em ambiente de elevada ociosidade e de inflação corrente e expectativas inflacionárias em patamar compatível com a meta, apesar da incidência de choques adversos ao longo do ano. Nessa conjuntura, comércio varejista e indústria mantiveram tendência de crescimento no período, movimento condizente com a melhora gradual do mercado de crédito, em particular no segmento de pessoas físicas, diante da redução do comprometimento da renda das famílias e da política monetária estimulativa, com a taxa básica de juros, a Selic, no patamar de 6,5% a.a. até o final de 2018.

Em linha com a dinâmica nacional, a economia do Rio Grande do Sul seguiu em trajetória de crescimento, embora moderado, ao longo de 2018. Esse movimento combinou, de um lado, a evolução positiva dos setores de comércio, serviços e indústria, em um contexto de recuperação gradual do mercado de trabalho, e, de outro, os efeitos negativos decorrentes de choques adversos, em particular das paralisações no setor de transporte de cargas, ocorridas em meados do ano. No mesmo sentido, o mercado de crédito também contribuiu para a retomada da economia do Estado, com crescimento das carteiras de pessoa física e jurídica. Por sua vez, o comércio exterior gaúcho apresentou desempenho positivo no acumulado de 2018, registrando superávit de US\$9,5 bilhões, ante saldo positivo de US\$7,9 bilhões no mesmo período de 2017, resultado do aumento de 16,7% das exportações e de 13,7% das importações.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

O ano de 2018 foi de adequação e avanços na implantação do novo modelo de gestão, adotado em 2017 pelo Banrisul. A Instituição segue aperfeiçoando os modelos de risco de crédito nos segmentos de varejo pessoa física e jurídica, da originação de crédito à recuperação de operações de clientes inadimplentes, sustentados pela gestão eficaz de dados na definição de limites e pela precificação baseada em risco, visando melhorar a margem financeira ajustada ao risco e capturar novos negócios. Complementando o novo modelo e focando a produtividade comercial, o programa Banrisul Mais busca qualificar o atendimento e a atuação comercial, por meio da capacitação das equipes de vendas, da padronização de rotinas e da definição de alavancas comerciais.

A atuação comercial permanece com destaque no segmento de pessoa física, em especial nas linhas de crédito consignado para servidores públicos e aposentados, atendidos pelas áreas de negócios das agências bem como, ampliando o atendimento através da abertura de novos espaços e carteiras de clientes Afinidade, que possuem elevado potencial de relacionamento. No segmento empresarial, o direcionamento comercial se mantém no Programa Especial de Crédito para Micro e Pequenas Empresas - Crédito Simples Banrisul, que abrange produtos e serviços como conta empresarial, cartão de crédito empresarial, fornecimento de equipamentos Vero, com ofertas de acordo com o perfil dos clientes, operações de crédito com antecipação de recebíveis e crédito com garantia real para clientes de menor risco, alinhado ao novo modelo de risco. O fortalecimento da rede de adquirência Vero também é destaque na Instituição, ramo de negócios no qual foram disponibilizados novos produtos e serviços.

No ano em que completa 90 anos, o Banrisul mantém o foco cada vez maior em seu processo de transformação digital tornando-se cada vez mais moderno, eficiente, sustentável e preparado para o futuro. Em 2018 a Instituição criou a Unidade de Transformação Digital com adoção de jornadas fim-a-fim e internalização da metodologia ágil. As iniciativas priorizadas visam acelerar ainda mais a jornada digital do Banco, que vem se traduzindo em maior oferta de produtos e serviços no aplicativo Banrisul Digital.

A interação com seus clientes e com o público em geral acontece nos mais diversos canais de comunicação que o Banco utiliza. Em 2018 foram realizadas campanhas publicitárias, dentre as quais destacam-se as campanhas de produtos e serviços do Banco: Conta Universitária; Banricompras; Banrisul, o grande banco do sul; e Banrisul Digital. Outra importante via de interação com a comunidade ocorre por meio de patrocínio a projetos com utilização das leis de benefício fiscal (Lei Rouanet, Audiovisual, Lei de Incentivo ao Esporte) e do Programa Banrisul de Patrocínios, por meio dos quais a Instituição apoia feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e à educação, na capital e no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

DESEMPENHO FINANCEIRO

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido atingiu R\$908,6 milhões em 2018, R\$186,9 milhões ou 17,1% abaixo do valor registrado no ano de 2017. O desempenho reflete, principalmente: (i) o crescimento do resultado líquido de juros ajustado em R\$222,3 milhões; (ii) o menor fluxo de perdas esperadas com ativos financeiros em R\$144,8 milhões; (iii) o crescimento das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$195,3 milhões; (iv) o aumento das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$186,3 milhões, devido, principalmente, ao efeito dos acordos coletivos da categoria de 2017 e 2018 e às despesas com serviços de consultoria; (v) desempenho desfavorável das outras receitas/despesas operacionais, em R\$485,5 milhões, devido, principalmente, ao reconhecimento, em 2017, do direito de crédito tributário de IRPJ e CSLL, relativo à ação judicial em função do Plano Verão, ao acordo de investimento com a Icatu Seguros em 2017, visando a comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição do Banrisul, e ao maior fluxo de despesas com provisões trabalhistas em 2018; (vi) além da consequente ampliação no Imposto de Renda e Contribuição Social em R\$59,6 milhões.

A reconciliação entre o resultado apurado pelas práticas contábeis brasileiras (BRGAAP) e o padrão contábil internacional (IFRS) abrange as seguintes contas:

- ✓ ... R\$1,9 milhões na receita líquida com juros, refere-se ao diferimento de comissões e outros custos pela taxa de juros efetiva;
- ✓ ... R\$221,1 milhões nas perdas esperadas com ativos financeiros, refere-se, principalmente, à diferença nos parâmetros do cálculo, que, na visão de BRGAAP, é baseado na classificação das operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, e na visão IFRS, utiliza a abordagem de três estágios de classificação dos ativos financeiros, com base na extensão da deterioração do crédito desde a originação, e considerando para a migração de um estágio a outro as mudanças no risco de crédito;
- ✓ .. R\$11,7 milhões nas outras despesas administrativas, em função das despesas de depreciação e amortização, modificadas pela revisão de vida útil dos bens do imobilizado, e das despesas de operações de *leasing*, devido ao reconhecimento de *leasing* financeiro;
- ✓ ... R\$93,9 milhões nas despesas com imposto de renda e contribuição social, referentes ao reconhecimento dos tributos diferidos incidentes sobre os ajustes de reconciliação do IFRS.

TABELA 1: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRO FORMA (R\$ MILHÕES)

	Dez 2018 BRGAAP	Reconciliação	Dez 2018 IFRS	Dez 2017 IFRS	Δ%
Receita Líquida com Juros	4.547,6	(1,9)	4.545,7	4.588,0	-0,9%
Receita de Dividendos	5,2	-	5,2	3,0	75,1%
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros	228,0	-	228,0	(64,0)	-456,6%
Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior	60,1	-	60,1	87,5	-31,4%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.026,3	-	2.026,3	1.830,9	10,7%
Perdas Esperadas com Ativos Financeiros	(759,0)	(221,1)	(980,0)	(1.124,8)	-12,9%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(4.449,9)	(11,7)	(4.461,6)	(3.769,7)	18,4%
Despesas de Pessoal	(2.180,3)	-	(2.180,3)	(2.065,7)	5,5%
Outras Despesas Administrativas	(1.577,7)	(11,7)	(1.589,5)	(1.517,7)	4,7%
Despesas Tributárias	(488,0)	-	(488,0)	(453,8)	7,5%
Resultado de Participação em Coligadas	45,2	-	45,2	31,1	45,5%
Outras Receitas Operacionais	266,4	-	266,4	677,6	-60,7%
Outras Despesas Operacionais	(515,5)	-	(515,5)	(441,2)	16,8%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.658,3	(234,6)	1.423,6	1.550,9	-8,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(608,9)	93,9	(515,0)	(455,4)	13,1%
Lucro Líquido do Exercício	1.049,4	(140,8)	908,6	1.095,5	-17,1%

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul, descrita no Estatuto Social da empresa e aprovada desde março de 2009, especifica um percentual mínimo de 25% a ser pago aos acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios. Além do percentual de dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social, a cada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária são definidos os percentuais dos dividendos adicionais. Para o ano de 2018, foi estabelecido um percentual adicional de 15% como dividendos complementares, totalizando a distribuição de 40% do lucro líquido ajustado para os exercícios seguintes, que pode ser pago na forma de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de impostos e contribuições.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio é limitado à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), bem como ao valor de dividendos aprovado no exercício, e seu pagamento é realizado trimestralmente, segundo determinação do Conselho de Administração. A remuneração dos acionistas foi e continuará sendo calculada e paga com base nos lucros apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 2018, a distribuição dos resultados alcançou R\$398,5 milhões, na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados, descontado do imposto de renda retido na fonte.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO (R\$ MILHÕES)

	2018	2017	Δ%
Lucro Líquido do Exercício BRGAAP	1.048,6	1.053,0	-0,4%
Reserva Legal	(52,4)	(52,7)	-0,4%
Base de Cálculo dos Dividendos	996,2	1.000,4	-0,4%
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	(249,0)	(250,1)	-0,4%
Dividendo Adicional (15%)	(149,4)	(150,1)	-0,4%
Dividendos Totais	(398,5)	(400,2)	-0,4%
Juro sobre o Capital Próprio Pagos/Creditados ⁽¹⁾	384,7	380,0	1,2%
Dividendos Provisionados	13,8	20,2	-31,6%

(1) Valor líquido do Imposto de Renda

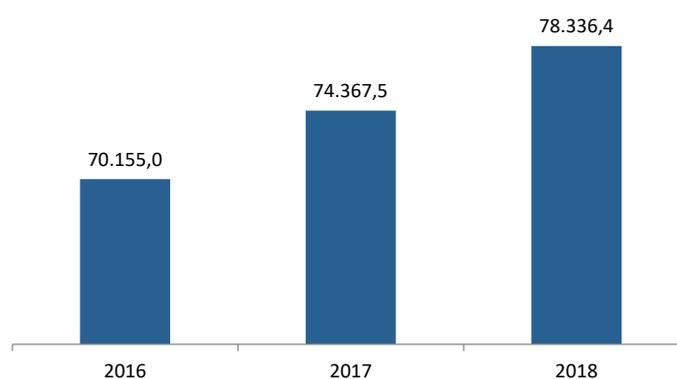
DESEMPENHO PATRIMONIAL

ATIVO

O ativo total atingiu R\$78.336,4 milhões em dezembro/18, com incremento de R\$3.968,9 milhões ou 5,3% sobre o saldo de 2017. Na composição dos ativos, destaca-se, principalmente, a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, em 43,7%, dos títulos de investimento, em 31,9%, e dos depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil em 15,5%.

Em relação às fontes de recursos que alavancaram o aumento do ativo, incluem-se os passivos financeiros ao custo amortizado, que atingiram R\$64.797,1 milhões em dezembro/18, compostos, especialmente, por captações com clientes e bancos, cujo saldo alcançou R\$50.864,1 milhões, com elevação de R\$3.779,5 milhões nos doze meses, e por captações no mercado aberto, que alcançaram saldo de R\$3.928,6 milhões ao final de dezembro/18, com retração de R\$924,0 milhões em doze meses.

Gráfico 1: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Os títulos de investimento alcançaram o saldo de R\$24.991,3 milhões em dezembro/18, apresentando relativa estabilidade, com crescimento de R\$173,6 milhões em doze meses.

Em relação à composição dos títulos, salienta-se a participação de 65,4% dos ativos financeiros ao custo amortizado, no montante de R\$16.352,8 milhões, de 18,0% de aplicações no mercado aberto, no montante de R\$4.509,4 milhões, de 15,0% dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, que totalizaram R\$3.746,6 milhões, de 1,2% de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que atingiram R\$289,9 milhões, e de 0,4% de aplicações em depósitos interfinanceiros no valor de R\$92,5 milhões. Quanto aos tipos de papéis, os títulos estão concentrados, especialmente, em Letras Financeiras do Tesouro.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado.

TABELA 3: TÍTULOS DE INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)

	2018	2017	Δ%
Aplicações no Mercado Aberto	4.509,4	41,7	10.717,4%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	92,5	587,1	-84,2%
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	3.746,6	3.962,0	-5,4%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.670,6	3.866,4	-5,1%
Cotas de Fundo de Renda Fixa	32,4	31,3	3,6%
Cotas de Fundo Referenciado	16,7	0,3	5.273,5%
Outras Cotas de Fundos	4,3	10,3	-57,8%
Ações de Companhias Abertas	15,4	53,8	-71,4%
Outros	7,2	-	100,0%
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	289,9	1.245,2	-76,7%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	841,4	-100,0%
Ações de Companhias Abertas	1,1	23,5	-95,4%
Cotas de Fundo de Renda Fixa	286,6	378,0	-24,2%
Cotas de Fundo Imobiliário	2,3	2,2	3,4%
Outras Cotas de Fundos	-	0,1	-100,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	105,2	-100,0%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	16.352,8	18.876,4	-13,4%
Títulos Públicos Federais	16.311,8	18.737,0	-12,9%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	16.217,9	18.632,3	-13,0%
Títulos Públicos Federais (CVS)	94,0	104,7	-10,3%
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	17,7	20,7	-14,6%
Debêntures	-	13,5	-100,0%
Letras Financeiras	23,3	105,2	-77,9%
Títulos de Investimento	24.991,3	24.817,6	0,7%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro atingiram o montante de R\$34.216,2 milhões em dezembro/18, com ampliação de R\$2.674,6 milhões ou 8,5% em relação a dezembro do ano anterior.

Em dezembro/18, o crédito à pessoa física atingiu o montante de R\$24.019,7 milhões, com ampliação de R\$3.180,8 milhões ou 15,3% nos doze meses, representando 70,2% no total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Em relação à composição da pessoa física, destaca-se a participação do crédito consignado, com 56,8%, do crédito imobiliário, com 14,3% e do crédito pessoal, com 12,9% do total. O crédito à pessoa jurídica atingiu o montante de R\$10.196,5 milhões em dezembro/18, com redução de R\$506,1 milhões ou 4,7% em relação a dezembro/17, representando 29,8% no total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Em relação à composição da pessoa jurídica, destaca-se a participação do capital de giro, com 38,8%, do crédito rural e desenvolvimento, com 13,3%, e da carteira de câmbio, com 10,9%.

Em relação aos vencimentos das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, em dezembro/18, pode-se observar que as parcelas vencidas a partir de 1 (um) dia totalizaram R\$526,1 milhões ou 1,5% do total

da carteira, as parcelas a vencer em até 12 meses totalizaram R\$14.228,6 milhões ou 41,6% do montante, e as parcelas a vencer acima de 12 meses totalizaram R\$19.461,5 milhões ou 56,9% do total da carteira.

TABELA 4: COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)

	2018	2017	Δ%
Pessoas Físicas	24.019,7	20.839,0	15,3%
Cartão de Crédito	1.322,3	1.069,2	23,7%
Crédito Consignado	13.653,3	11.260,4	21,3%
Crédito Pessoal - não Consignado	3.105,5	2.760,2	12,5%
Crédito Imobiliário	3.436,0	3.194,3	7,6%
Crédito Rural e Desenvolvimento	1.715,3	1.736,3	-1,2%
Outros	787,4	818,5	-3,8%
Pessoa Jurídica	10.196,5	10.702,7	-4,7%
Câmbio	1.112,8	1.007,8	10,4%
Capital de Giro	3.951,8	4.123,8	-4,2%
Conta Empresarial/Garantida	683,2	757,2	-9,8%
Crédito Imobiliário	677,0	634,7	6,7%
Crédito Rural e Desenvolvimento	1.354,4	1.525,4	-11,2%
Outros	2.417,4	2.653,7	-8,9%
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	34.216,2	31.541,6	8,5%

PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros apresentaram saldo de R\$66.976,0 milhões em dezembro/18, representando 94,4% dos passivos, e apresentando aumento de R\$3.482,5 milhões ou 5,5% em relação a dezembro/17.

Em relação à composição dos passivos financeiros, destacam-se as captações com clientes, que representavam 75,6% dos passivos financeiros, as captações no mercado aberto, que correspondem a 5,9% desses passivos, os recursos de aceites e emissão de títulos, com participação de 4,2% nos passivos financeiros. A estrutura de captação de passivos financeiros do Banrisul é, principalmente, composta de depósitos captados de forma pulverizada, centrada em depósitos a prazo e de poupança.

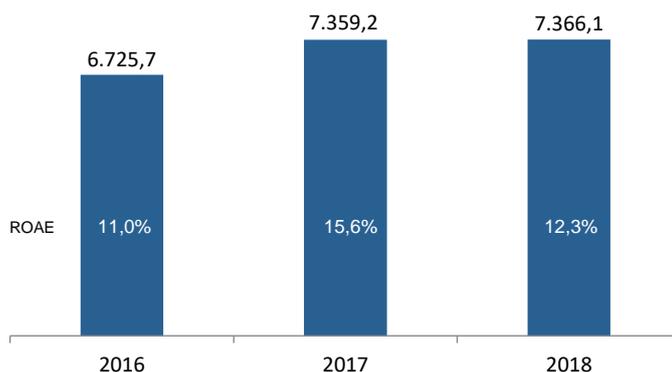
TABELA 5: COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS (R\$ MILHÕES)

	2018	2017	Δ%
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.178,8	2.299,3	-5,2%
Instrumentos Financeiros Derivativos	26,8	406,2	-93,4%
Dívidas Subordinadas	2.152,0	1.893,1	13,7%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	64.797,1	61.194,1	5,9%
Captações com Clientes	50.602,4	46.806,8	8,1%
Depósito à Vista	3.479,7	3.425,2	1,6%
Depósito de Poupança	9.127,8	8.312,5	9,8%
Depósito a Prazo	37.994,6	35.069,1	8,3%
Outros Depósitos	0,3	-	100,0%
Captações com Bancos	261,7	277,8	-5,8%
Captações no Mercado Aberto	3.928,6	4.852,6	-19,0%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.840,0	2.037,8	39,4%
Obrigações por Repasses	1.752,0	2.221,5	-21,1%
Obrigações por Empréstimos	862,8	716,7	20,4%
Outros Passivos Financeiros	4.549,7	4.280,9	6,3%
Câmbio	743,5	677,6	9,7%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	903,3	804,2	12,3%
Transações com Cartões a Pagar	850,0	762,0	11,6%
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	1.663,1	1.543,2	7,8%
Diversos	389,6	494,0	-21,1%
Passivos Financeiros	66.976,0	63.493,4	5,5%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido alcançou R\$7.366,1 milhões em dezembro/18, apresentando relativa estabilidade, com aumento de R\$6,9 milhões sobre o montante de dezembro/17, refletindo a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, a redução do capital social, aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e homologada pelo Banco Central do Brasil, o remensuramento do passivo atuarial dos planos de benefícios pós-emprego, e os ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 12,3% em 2018, 3,3 pp. inferior ao indicador alcançado em 2017.

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



MODELO DE NEGÓCIOS

A administração do Banrisul efetua a gestão das atividades operacionais segregada sob a ótica de segmento de negócios. O desempenho da Instituição é avaliado por meio de quatro segmentos: Varejo, Consignado Correspondentes, Corporativo e Tesouraria.

Os resultados dos segmentos operacionais estão em conformidade com as políticas contábeis aplicadas nas demonstrações consolidadas em IFRS. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas esperadas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados por segmento.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas à base de clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O Segmento Varejo é composto: (i) pelos clientes pessoas físicas; (ii) pelas empresas cadastradas, somente em agências do Estado do Rio Grande do Sul e Outros Estados (exceto Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo) com faturamento anual inferior a R\$72 milhões; e (iii) pelas empresas cadastradas em Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo que apresentem faturamento anual abaixo de R\$120 milhões.

O segmento Consignado Correspondentes é representado pelas operações de crédito geradas por meio da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., que atua em escala nacional.

O segmento Corporativo é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e às operações de crédito comerciais, de longo prazo, rural, habitacional e câmbio focado no atendimento a órgãos e instituições governamentais e empresas de médio e grande porte. A classificação dos clientes em Corporativo segue premissas, revisadas semestralmente, entre as quais: (i) órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais; (ii) empresas com faturamento anual igual ou superior a R\$72 milhões, quando cadastradas no Estado do Rio Grande do Sul e outros Estados (exceto Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo); e (iii) em Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo corporações que apresentem faturamento anual igual ou acima de R\$120 milhões.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa e administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul.

Em relação ao resultado de 2018, segregado por segmento de negócios, as receitas com juros e similares deduzidas das despesas com juros e similares e ajustadas pelas receitas ou despesas não de juros do segmento Varejo, representaram 49,9% do resultado líquido, contribuição seguida pela Tesouraria, com 32,3%, Consignado Correspondentes, com participação de 13,5%, e pelo Corporativo, responsável pela geração de 4,3%.

Quanto à estrutura patrimonial, os ativos de Tesouraria compuseram 52,0% do total das aplicações, acompanhada pelo Varejo, em 27,7%, e pelo Corporativo em 7,4%; nos passivos, o Varejo alcançou participação de 63,6%, a Tesouraria, 17,1%, e o Corporativo 11,4%.

TABELA 6: SEGMENTO DE NEGÓCIOS (R\$ MILHÕES)

	Varejo	%	Corporativo	%	Consignado Correspondentes	%	Tesouraria	%	Outros (1)	%	Total 2018	Total 2017
dez/18												
Receitas com Juros e Similares	4.674,3	55,3%	713,3	8,4%	652,8	7,7%	2.414,0	28,6%	-	-	8.454,4	9.317,8
Despesas com Juros e Similares	(2.260,5)	57,8%	(567,2)	14,5%	-	-	(1.080,9)	27,7%	-	-	(3.908,7)	(4.729,9)
RECEITA LÍQUIDA DE JUROS	2.413,8	53,1%	146,1	3,2%	652,8	14,4%	1.333,0	29,3%	-	-	4.545,7	4.588,0
Outras Receitas/Despesas não de juros	-	-	60,1	20,8%	-	-	228,0	79,2%	-	-	288,1	23,6
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	-	-	-	-	-	-	228,0	100,0%	-	-	228,0	(63,9)
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	-	-	60,1	100,0%	-	-	-	-	-	-	60,1	87,5
Resultado Líquido de Juros Ajustado	2.413,8	49,9%	206,1	4,3%	652,8	13,5%	1.561,0	32,3%	-	-	4.833,8	4.611,6
dez/18												
Ativo	21.661,0	27,7%	5.786,0	7,4%	4.981,6	6,4%	40.737,2	52,0%	5.170,5	6,6%	78.336,4	74.367,5
Passivo	45.152,4	63,6%	8.113,2	11,4%	-	-	12.166,6	17,1%	5.538,1	7,8%	70.970,3	67.008,3

(1) Composto por rubricas contábeis de ativos/passivos que não geram receitas/despesas com juros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (a), o modelo de perda incorrida da norma internacional de relatório financeiro IAS 39 foi substituído por um modelo de perda de crédito esperada, seguindo as diretrizes da norma internacional de relatório financeiro IFRS 9 (“IFRS 9”). As Notas Explicativas nºs 3.4 (a), (b), (c) e (d), 4.2 e 11 descrevem e demonstram as mensurações para a apuração da provisão para as perdas esperadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, as quais são apuradas com base em julgamento e premissas do Banrisul, considerando, entre outros fatores, as tendências observadas na provisão para perda de crédito por segmento e projeções de perdas esperadas.

Devido à relevância dos ativos financeiros ao custo amortizado, ao grau de julgamento envolvido na determinação da perda esperada, ao impacto que eventuais alterações nas condições econômicas gerais ou nos

acordos financeiros poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos esse tema um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação e dos registros contábeis relativos às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

Com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, avaliamos também a razoabilidade dos modelos de mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, incluindo os critérios utilizados para a classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro nos estágios previstos no IFRS 9 a partir do seu reconhecimento inicial. Com base em amostragem, recalculamos a perda esperada das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro elaborada com base nos modelos de mensuração e na política estabelecida pelo Banrisul.

Avaliamos, ainda, se as demonstrações financeiras consolidadas consideram as informações relevantes sobre a natureza das transações, a exposição ao risco de crédito e os valores de perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro pelo Banrisul.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Provisões e passivos contingentes - Trabalhista, cível e fiscal

O Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de naturezas trabalhista, cível e fiscal, conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.12 e 21, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações financeiras consolidadas da parcela cujo risco de perda de acordo com avaliação da Administração é provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas divulgadas nas notas explicativas e as perdas remotas não requerem provisão nem divulgação. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos judiciais e administrativos, requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação à existência das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra, avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados em períodos anteriores pelo Banrisul para definição da probabilidade de êxito e definição dos valores envolvidos nas ações judiciais e administrativas e comparamos com as condenações no período corrente. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Obrigações com benefício de longo prazo pós-emprego

Conforme descrito nas Notas Explicativas n.ºs 3.13 e 32 o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentadoria dessas entidades é classificada como “planos de benefício definido”. As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, taxa de desconto, taxa de inflação e tábua de mortalidade. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave do Banrisul relacionados ao processo de determinação das premissas a ser utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem, validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e com auxílio de nossos especialistas atuariais analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial, bem como efetuamos por amostragem teste de recálculo. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banrisul é dependente de sua estrutura de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento de suas operações, continuidade de seus processos de negócios e consequente elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Considerando que os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, especificamente os associados a processos e controles que suportam a operacionalidade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamento incorreto de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, avaliamos o desenho e, por meio de amostragem, avaliamos a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos: (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas; (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; (iii) ao gerenciamento de alterações sistêmicas; e (iv) aos eventuais controles compensatórios desses sistemas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que os processos e controles nos proporcionaram base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banrisul é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

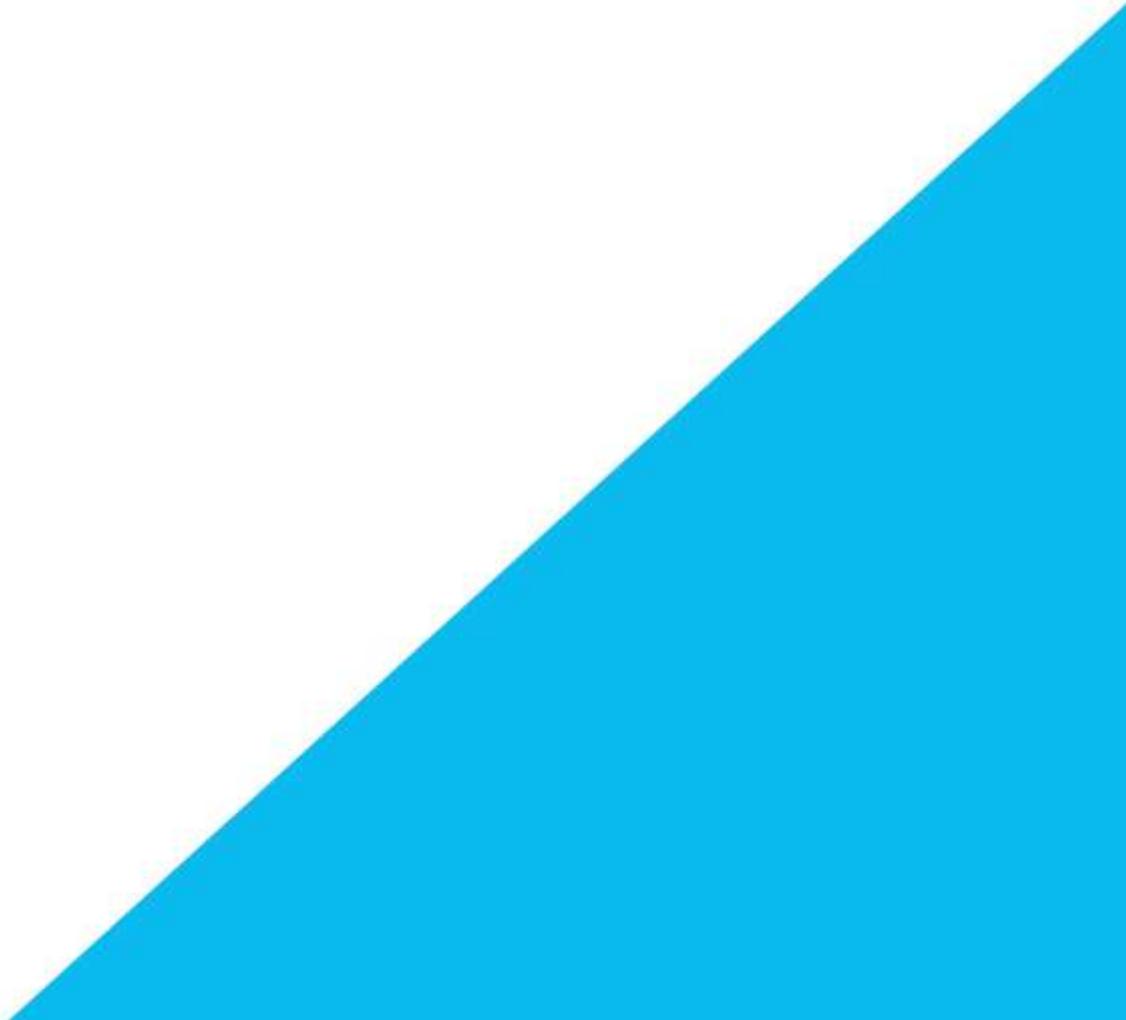
Porto Alegre, 13 de março de 2019.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	7	886.049	801.704
Aplicações no Mercado Aberto	9	-	41.687
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9	-	587.057
Ativos Financeiros		72.327.008	-
Depósitos Compulsórios no Banco Central	8	12.162.020	11.078.129
Ao Custo Amortizado		56.128.453	-
Aplicações no Mercado Aberto	9	4.509.439	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9	92.499	-
Títulos e Valores Mobiliários	10	16.352.825	-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	34.216.245	-
(-) Provisão para Perda Esperada		(2.599.631)	-
Outros Ativos Financeiros	18(a)	3.557.076	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	10	-	18.876.433
Empréstimos e Recebíveis Líquidos de Provisão	11	-	29.115.920
Empréstimos e Recebíveis com Instituições de Crédito		-	733.347
Empréstimos e Recebíveis com Clientes		-	30.808.275
Provisão para <i>Impairment</i>		-	(2.425.702)
Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18(a)	-	3.384.719
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		289.903	-
Títulos e Valores Mobiliários	12	289.903	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	12	-	1.245.217
Ao Valor Justo por meio do Resultado		3.746.632	-
Títulos e Valores Mobiliários	13	3.746.632	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	105.222
Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	13	-	3.962.032
Outros Ativos	18(a)	1.256.606	1.337.898
Bens Destinados à Venda		83.752	50.914
Outros		1.172.854	1.286.984
Ativos Fiscais	22(a)	2.250.639	2.109.862
Investimentos		-	116.876
Investimentos em Coligadas	15	100.745	-
Ágio		11.854	-
Imobilizado	16	378.153	369.577
Intangível	17	1.125.359	1.235.156
TOTAL DO ATIVO		78.336.413	74.367.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em Milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivos Financeiros		66.975.962	63.493.421
Ao Custo Amortizado		64.797.122	61.194.114
Depósitos	19	50.864.110	-
Captações no Mercado Aberto	19	3.928.602	4.852.616
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	2.840.001	2.037.848
Obrigações por Repasses	19	1.751.959	2.221.470
Obrigações por Empréstimos	19	862.788	716.702
Outros Passivos Financeiros	18(b)	4.549.662	4.280.889
Captações com Clientes e Bancos	19	-	47.084.589
Ao Valor Justo por meio do Resultado	20	2.178.840	2.299.307
Instrumentos Financeiros Derivativos		26.809	406.169
Dívidas Subordinadas		2.152.031	1.893.138
Provisão para Perda Esperada		55.062	-
Compromissos de Empréstimos		36.659	-
Garantias Financeiras		18.403	-
Provisões	21	1.531.594	1.293.734
Passivos Fiscais		569.717	537.098
Corrente		146.352	259.505
Diferido	22(b)	423.365	277.593
Outros Passivos	18(b)	1.838.015	1.684.085
Total do Passivo		70.970.350	67.008.338
Patrimônio Líquido	23	7.366.063	7.359.151
Capital Social		4.396.719	4.750.000
Reservas de Capital		4.511	4.511
Reservas de Lucros		3.040.725	2.681.001
Resultado Abrangente Acumulado		(79.724)	(79.637)
Participação dos Acionistas Não Controladores		3.832	3.276
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		78.336.413	74.367.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas com Juros e Similares		8.454.424	9.317.842
Despesas com Juros e Similares		(3.908.680)	(4.729.865)
Receita Líquida com Juros e Similares	24	4.545.744	4.587.977
Receita de Dividendos		5.187	2.963
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	25	228.023	(63.950)
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira		60.053	87.528
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	26	2.026.265	1.830.925
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(980.049)	(1.124.831)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(986.672)	(1.124.831)
Perda Esperada com demais Ativos Financeiros		6.623	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.461.608)	(3.769.737)
Despesas de Pessoal	27	(2.180.296)	(2.065.738)
Outras Despesas Administrativas	28	(1.589.465)	(1.517.711)
Despesas Tributárias		(487.957)	(453.754)
Resultado de Participação em Coligadas	15	45.179	31.061
Outras Receitas Operacionais	29	266.406	677.623
Outras Despesas Operacionais	30	(515.475)	(441.218)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		1.423.615	1.550.875
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	31	(515.018)	(455.369)
Corrente		(403.209)	(588.729)
Diferido		(111.809)	133.360
Lucro Líquido do Exercício		908.597	1.095.506
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		907.841	1.094.893
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		756	613
Lucro por Ação			
Lucro Básico e Diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações Ordinárias		2,22	2,68
Ações Preferenciais A		2,37	2,88
Ações Preferenciais B		2,22	2,68
Lucro Líquido Atribuído (em Reais Mil)			
Ações Ordinárias		454.998	548.619
Ações Preferenciais A		5.993	10.106
Ações Preferenciais B		446.850	536.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		908.597	1.095.506
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(602)	4.893
Variação de Valor Justo		(1.077)	7.786
Efeito Fiscal		475	(2.893)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	32(e)	(52.172)	(51.221)
Ganhos/ (Perdas) Atuariais		(94.605)	(80.704)
Efeito Fiscal		42.433	29.483
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		52.687	4.759
Resultado Abrangente do Exercício, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social		(87)	(41.569)
Total do Resultado Abrangente do Período, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social		908.510	1.053.937
Resultado Abrangente Atribuível aos Controladores		907.754	1.053.324
Resultado Abrangente Atribuível aos Não Controladores		756	613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital (Nota 23)	Atribuível aos Acionistas da Controladora			Total Atribuível aos Acionistas	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Reservas de Lucros (Nota 23)			
Saldo em 01 de Janeiro de 2017		4.500.000	4.511	(38.068)	-	2.256.349	6.722.792	2.903	6.725.695
Aumento de Capital Social	23(a)	250.000	-	-	-	(250.000)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial									
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	4.893	-	-	4.893	-	4.893
Ajustes de Avaliação Atuarial	32(e)	-	-	(51.221)	-	-	(51.221)	-	(51.221)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	4.759	-	-	4.759	-	4.759
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	373	373
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	1.094.893	-	1.094.893	-	1.094.893
Constituição de Reservas	23(c)	-	-	-	(674.652)	674.652	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	23(d)	-	-	-	(400.037)	-	(400.037)	-	(400.037)
Dividendos	23(d)	-	-	-	(20.204)	-	(20.204)	-	(20.204)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		4.750.000	4.511	(79.637)	-	2.681.001	7.355.875	3.276	7.359.151
Efeitos da Adoção Inicial do IFRS 9					(96.178)		(96.178)		(96.178)
Saldo em 01 de Janeiro de 2018		4.750.000	4.511	(79.637)	(96.178)	2.681.001	7.259.697	3.276	7.262.973
Redução de Capital Social	23(a)	(353.281)	-	-	-	-	(353.281)	-	(353.281)
Ajustes de Avaliação Patrimonial									
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	(602)	-	-	(602)	-	(602)
Ajustes de Avaliação Atuarial	32(e)	-	-	(52.172)	-	-	(52.172)	-	(52.172)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	52.687	-	-	52.687	-	52.687
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	556	556
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	907.841	-	907.841	-	907.841
Constituição de Reservas	23(c)	-	-	-	(391.743)	391.743	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	23(d)	-	-	-	(406.100)	-	(406.100)	-	(406.100)
Dividendos	23(d)	-	-	-	(13.820)	-	(13.820)	-	(13.820)
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores	23(d)	-	-	-	-	(32.019)	(32.019)	-	(32.019)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		4.396.719	4.511	(79.724)	-	3.040.725	7.362.231	3.832	7.366.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.423.615	1.550.875
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Depreciação e Amortização		226.954	213.285
Tributos Diferidos		(111.809)	133.360
Resultado de Participações em Coligadas		(45.179)	(31.061)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada		411.262	200.892
Perda Esperada de Ativos Financeiros		980.049	1.419.171
Reversão para Perdas de Securitização		(12)	(142)
Provisões para Contingências		319.498	216.602
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.204.378	3.702.982
Variação de Ativos e Obrigações		(1.267.157)	(2.278.568)
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		500.882	(147.673)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		215.400	(389.545)
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos		(274.138)	(125.564)
(Aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(3.590.972)	(2.339.675)
(Aumento) em Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(172.357)	(92.611)
(Aumento) em Outros Ativos		(1.066.625)	(1.695.538)
(Aumento) em Ativos Fiscais		(100.259)	(385.964)
Aumento em Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		3.334.235	3.366.743
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		230.465	(45.510)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(168.625)	47.285
Aumento em Passivos Fiscais		168.029	98.019
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(343.192)	(568.535)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.937.221	1.424.414
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Redução de Capital Social		(353.281)	-
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas		103.132	57.533
(Aumento) Redução Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		955.314	(163.677)
(Aumento) Redução Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários		2.511.851	(2.235.739)
Alienação de Investimentos		8.443	248
Alienação de Imobilizado de Uso		7.569	2.347
Baixa do Intangível		751	942
Aquisição de Investimentos		(1.836)	(1.357)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(62.837)	(35.946)
Aplicação no Intangível		(67.473)	(84.211)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		3.101.633	(2.459.860)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dívidas Subordinadas		(8.973)	(17.929)
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada		(143.396)	(122.198)
Dividendos Pagos		(20.204)	(16.677)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(361.100)	(275.819)
Variação na Participação de Não Controladores		556	373
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(533.117)	(432.250)
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa		52.687	4.759
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.558.424	(1.462.937)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7	850.017	2.312.954
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7	5.408.441	850.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”, “Instituição” e/ou “Banco”), principal empresa do Grupo, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de Banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

Esses serviços são oferecidos aos clientes, no Brasil, por intermédio da rede de agências do Banrisul e, no exterior, em Miami e Grand Cayman.

As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas para o período apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 13 de março de 2019.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banrisul foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração Consolidada do Resultado, a Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente, a Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa apresenta as alterações no Caixa e Equivalentes de Caixa ocorridas no exercício, oriundas das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos. Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos de alta liquidez e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Nota 07 apresenta a classificação dos itens de Caixa e Equivalentes de Caixa nas contas do Balanço Patrimonial Consolidado. O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi determinado pelo método indireto, portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, compreendendo, mas não limitando a adequação das estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, plano de pensão de benefício definido, provisão para perdas esperadas dos ativos, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 04.

2.2. Principais Alterações e Pronunciamentos Emitidos

(a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2018

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 inclui: (a) modelos de negócio para classificação e mensuração; (b) modelos de perdas esperadas para instrumentos financeiros em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge* para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. A norma exige que a Instituição revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Classificação e Mensuração

O IFRS 9 apresenta uma abordagem baseada em princípios para a classificação de ativos financeiros. A norma introduz novos requisitos para determinar a base de mensuração de ativos financeiros, envolvendo as características de fluxo de caixa dos ativos e os modelos de negócios sob os quais eles são gerenciados. O Banco segregou seus ativos financeiros aplicando-os a modelos de negócios específicos, e não identificou situação que pudesse resultar em diferenças na classificação e mensuração desses ativos, mantendo aqueles de maior significância (investimentos em títulos e valores mobiliários e carteira de operações de crédito) mensurados ao custo amortizado. Esses modelos de negócios são revisados anualmente e atualizados caso ocorram mudanças na estratégia de negócios do Banco. Para os passivos financeiros, a maior parte dos requisitos pré-existentes de classificação e mensuração incluídos anteriormente na IAS 39 foram transferidos sem alteração para norma do IFRS 9.

Impairment

A norma do IFRS 9 introduz modelos de perdas de crédito esperadas (*Expected Credit Losses* - ECL), que difere do modelo de perda incorrido adotado para IAS 39, o qual resulta em reconhecimento antecipado de perdas de crédito. Diferente do IAS 39, que previa perda de crédito em períodos específicos da vida útil do ativo financeiro, a adoção do IFRS 9 permite que o reconhecimento das perdas de crédito passe a ocorrer durante ciclos de vida do ativo financeiro, de acordo com sua classificação nos estágios.

A adoção do IFRS 9 tem impacto na metodologia de cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros do Banco. As perdas de crédito esperadas refletem o valor presente de todos os *déficits* de caixa relacionados a eventos de perda, quer (i) nos doze meses seguintes, ou (ii) durante a vida esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o início de seu ciclo.

O modelo de *impairment* do IFRS 9 usa abordagem de três estágios, com base na extensão da deterioração do crédito desde a originação, conforme segue:

Estágio 1: Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar às perdas de crédito resultantes de prováveis *defaults* esperados ao longo dos próximos 12 meses. Nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo financeiro.

Estágio 2: Após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar às perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Ainda assim, as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo financeiro.

Estágio 3: Quando um ativo financeiro é considerado como depreciado por crédito, será reconhecida provisão para perda equivalente às perdas de crédito esperadas de vida plena. Diferente dos estágios anteriores, o reconhecimento da receita nesse estágio passa a ocorrer sobre um saldo líquido da provisão, ou seja, considerando-se a expectativa menor de realização do ativo, pressupõe-se que os benefícios oriundos destes

ativos financeiros sejam menores do que se estivessem em estágios anteriores, passando nesse caso a se ter a receita calculada proporcionalmente menor em relação ao valor realizável do ativo financeiro.

Avaliação do Aumento Significativo de Crédito

Para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banco compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem, usando indicadores de risco chave dos processos de gerenciamento de riscos existentes do Banco. Em cada data de reporte, a identificação de mudança no risco de crédito será avaliada individualmente para aqueles considerados individualmente significativos, e com a utilização de modelos massificados no nível de portfólio. Essa avaliação permite que o risco de crédito dos ativos financeiros volte para o estágio 1 se o aumento do risco de crédito desde a origem tiver diminuído e já não for considerado significativo.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários

O IFRS 9 requer a utilização de estimativas de perdas de crédito ponderadas, avaliando uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras. Os fatores macroeconômicos e as informações prospectivas são desta forma incorporados na mensuração da ECL, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

A mensuração da ECL em cada período reflete desde quesitos ou particularidades constantes na contratação do ativo, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, tanto para fins internos como para fins externos ao Banco.

Vida Esperada

Ao medir a ECL, o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual o mesmo está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da ECL ao estágio do ativo.

Para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, que a vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banco espera permanecer exposto ao risco de crédito.

Os principais produtos de crédito rotativo que o Banco mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Definição de *Default* e *Write-Off*

A definição de *default* utilizada na mensuração das perdas de crédito esperadas e a avaliação para determinar o movimento entre estágios está alinhada com a definição de *default* usado para fins de gerenciamento de risco de crédito interno.

O IFRS 9 não define o *default*, mas contém uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição é superior a 90 dias de atraso, parâmetro este utilizado pelo Banco. Os ativos são desreconhecidos quando não existem mais expectativas razoáveis de recuperar os fluxos de caixa contratuais sobre a totalidade ou parte do ativo financeiro.

Hedge Accounting

O novo modelo de contabilidade de *hedge* de acordo com o IFRS 9 visa simplificar a operação anteriormente definida pelo IAS 39. A intenção é permitir que a sua contabilização esteja em linha e coerente com o gerenciamento de risco da operação e seu monitoramento menos focado em premissas.

A IFRS 9 inclui uma opção de política contábil para adiar a adoção da contabilidade de *hedge* do IFRS 9 e continuar com a contabilidade de *hedge* da IAS 39, e o Banco optou por essa alternativa. Dessa forma, fica aplicável ao Banco a publicação conforme as definições do IAS 39.

Impacto da Transição

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente, sendo as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros reconhecidas no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Reconciliação do Patrimônio Líquido entre IAS 39 e IFRS 9

Patrimônio Líquido antes dos Ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	7.359.151
Perda Esperada	
Aplicações em Mercado Aberto e em Depósitos Interfinanceiros	(3)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(110.228)
Títulos Mantidos até o Vencimento - Custo Amortizado	(11.756)
Provisão Avais e Fianças, Limites e Créditos a Liberar	(38.309)
Imposto de Renda Diferido sobre os Ajustes	64.118
Patrimônio Líquido após Ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	7.262.973

Classificação de Ativos e Passivos Financeiros na Adoção Inicial do IFRS 9

As tabelas a seguir apresentam os Ativos e Passivos Financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo com o IFRS 9.

Efeitos da adoção do IFRS 9 Ativos Financeiros	Classificação de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros	Aplicações no Mercado Aberto	41.687	41.687	(1)	41.686	Custo Amortizado
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	587.057	587.057	(2)	587.055	Custo Amortizado
	Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	3.962.032	3.962.032		3.962.032	Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado
	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.245.217	1.245.217		1.245.217	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
	Investimentos Mantidos até o Vencimento	18.876.433	18.876.433		(11.756)	Custo amortizado
	Empréstimos e Recebíveis, Líquidos de Provisão	29.115.920	29.115.920		(110.228)	Custo amortizado
	Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	3.384.719	3.384.719		-	Custo amortizado
Total		57.213.065	-	(121.987)	57.091.078	

Efeitos da adoção do IFRS 9 Passivos Financeiros	Classificação de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Classificação de acordo com o IFRS 9
Passivos Financeiros	Passivos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	2.299.307	2.299.307		2.299.307	Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	56.913.225	56.913.225		56.913.225	Custo amortizado
	Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	4.280.889	4.259.103	21.786	38.309	Custo amortizado
Total		63.493.421	-	38.309	63.531.730	

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A norma é efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. A nova norma exigiu que o Banco revisasse seus processos contábeis, analisando as obrigações existentes nos diferentes tipos de operação de crédito. O Banco entende que suas linhas de receita (*"revenue streams"*) são aplicáveis à outras normas e parte à essa, situações estas em que as outras devem ser consideradas como soberanas, como no caso dos instrumentos financeiros e contratos de seguro. O Banco realizou as mesmas análises em relação às suas controladas, onde não foram

identificados impactos materiais no que tange a adoção da nova norma. A partir das avaliações realizadas internamente, não foram identificados impactos decorrentes da adoção da norma.

(b) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis em Períodos Futuros

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O Banco revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do Banco. O Banco irá aplicar a abordagem de transição simplificada e não rerepresentará os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção.

A transição para a IFRS 16 acarretará em um aumento aproximado de 0,2% a 0,3%, tanto do Ativo, quanto do Passivo Total do Banco. Não haverá impactos no Patrimônio Líquido.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A vigência desta Interpretação é para 1º de janeiro de 2019.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e o fundo de investimento exclusivo em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(a) Controladas - controladas são todas as entidades sobre os quais o Banrisul possui controle. O Banco possui controle sobre investida quando está exposto, ou tem direitos a seus retornos variáveis oriundas do envolvimento com a entidade e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

	Atividade	Participação Total	
		2018	2017
Empresas Controladas			
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%	99,78%

(b) Coligadas - são aquelas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

	Atividade	Participação Total	
		2018	2017
Empresas Coligadas			
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%	49,99%

(c) Transações e Participações com Acionistas Não Controladores - o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido, no Balanço Patrimonial Consolidado. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

(d) Saldos e Transações Eliminadas na Consolidação - Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

3.2. Conversão de Moeda Estrangeira

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Transações e Itens do Balanço Patrimonial - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado. As variações cambiais de investimentos no exterior são registradas na demonstração do resultado abrangente.

(c) Conversão para Moeda de Apresentação - As Demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço e (ii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido, compondo o resultado abrangente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas Disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), Aplicações no Mercado Aberto e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

3.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Banrisul são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios, ao Custo Amortizado, ao Valor Justo por meio do Resultado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banrisul passou a aplicar o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- ✓ Custo Amortizado;
- ✓ Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- ✓ Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- ✓ O modelo de negócios no qual são administrados;
- ✓ As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Modelo de Negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: (i) obter fluxos de caixa contratuais; (ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banrisul considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do Banrisul, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios (i) e (ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as

comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 5.7. Baseado nestes fatores, o Banrisul aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

(i) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

- ✓ Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*);
- ✓ Inicialmente reconhecido pelo valor contratado adicionado aos custos de transação; e
- ✓ Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- ✓ Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*), quanto para a venda;
- ✓ Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- ✓ Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- ✓ Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- ✓ Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- ✓ Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; e
- ✓ Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo.

O valor contábil é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do Banrisul de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

O Banrisul designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Perda de Crédito Esperada

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é realizado em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banrisul reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

(i) Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

(ii) Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber; e

(iii) Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

A cada período reportado, o Banrisul avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos, conforme estudo efetuado pelo Banrisul.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa.

Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

(b) Operações de Crédito

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

(c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, no qual o Banrisul atua como arrendador, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um recebível na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, conforme a Nota 11.

Os custos diretos iniciais, quando incorridos pelo Banrisul, são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banrisul e é feito na rubrica Receita com Juros e Similares.

(d) Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, no grupo Passivos Financeiros, na rubrica Provisão para Perda Esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão se, com base na melhor estimativa, concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos a amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

(e) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas de acordo com os seus modelos de negócio e mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de

sua forma legal. Os passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e longo prazo que são inicialmente reconhecidas pelo seu valor contratado, adicionado aos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na demonstração consolidada de resultado em Despesas de Juros e Similares.

Aplicações no Mercado Aberto - O Banrisul classifica suas operações ativas de acordo com os seus modelos de negócio e mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos e passivos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O Banrisul monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como valor justo por meio do resultado, a dívida subordinada por ser objeto de *hedge*, dessa forma, é classificada nessa categoria. As receitas e despesas de juros são reconhecidas em Receitas com Juros e Similares. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Instrumentos Financeiros Derivativos - Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

O Banrisul continuará aplicando os requerimentos de hedge contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá vir a adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração. Segundo esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são

contabilizadas pelo valor de justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Barrisul possui derivativo designado como *hedge* de valor justo e não possui instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge accounting* de investimento líquido no exterior.

Para qualificar os instrumentos financeiros derivativos como contabilidade *hedge* ou *hedge accounting* todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- (i) No início do *hedge*, existem designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e da estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- (ii) Espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- (iii) A efetividade do *hedge*, isto é, a variação no valor justo ou os fluxos de caixa do item protegido que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos; e
- (iv) O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os exercícios das demonstrações financeiras consolidadas para os quais o *hedge* foi designado.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 14.

Hedge de Valor Justo - são classificados nessa categoria certos instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*.

O Barrisul considerou nessa categoria os derivativos contratados com o objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriundo da emissão da dívida denominada em US\$ com nocional de 523,185 milhões e com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrita na Nota 20.

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- (i) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado como Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros; e
- (ii) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível à parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, ela deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil e o ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos que não se qualificam como contabilização de *hedge* - as variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em Outros Ganhos (Perdas), Líquidos.

3.5. Investimentos em Coligadas

Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador.

3.6. Ágio

O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Impairment de Ativos não Financeiros - os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.7. Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	59
Instalações	25
Equipamentos em Uso	19
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Por determinação legal, realizamos anualmente a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

3.8. Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

O Banrisul dispõe de arrendamento mercantil financeiro e operacional, participando tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, dos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário são classificados como arrendamentos financeiros.

Nos arrendamentos financeiros, o Banrisul registra as operações como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no seu início um ativo imobilizado, e um passivo de financiamento (arrendamento). Na data de início do contrato, o montante a ser registrado corresponde ao valor justo do ativo arrendado ou, se menor, ao valor presente das parcelas mínimas de pagamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

O Banrisul classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais. Os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do término do período de contrato, qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que o encerramento ocorre.

3.9. Ativo Intangível

É composto basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos inicialmente pelo custo. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5 e 10
Softwares	7

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

(i) Setor Público: referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos;

(ii) Setor Privado: referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos

com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.10. Bens Destinados à Venda

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado no momento de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Esses ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Outras Despesas Operacionais. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do balanço, que devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do imposto for realizado ou liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser usadas essas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda com os ganhos e as perdas diferidos.

3.12. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando: o Banrisul tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com o IAS 37, sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A seguir, o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

(i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos; e

(ii) Provisões e Passivos Contingentes - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o

risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

3.13. Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

(a) Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada

para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(b) Participação nos Lucros - o Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica Despesas de Pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.14. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

3.15. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. A cada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social e dos dividendos adicionais e são contabilizados como passivo no final de cada exercício.

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nestas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na demonstração do resultado consolidado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BRGAAP”).

3.16. Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. Como instrumentos financeiros potencialmente dilutivos temos as ações preferenciais conversíveis, as debêntures conversíveis e os bônus de subscrição, que podem ser convertidos em ações ordinárias, caracterizando, assim, o próprio potencial dilutivo desses instrumentos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro líquido ou prejuízo do exercício pelo número de ações que compõem o capital social da entidade ao final do período.

No caso do Banrisul, as ações preferenciais classe A recebem um dividendo igual ao pago às demais ações com o acréscimo de 10% (dez por cento), além de terem a característica de conversibilidade em ações ordinárias ou preferenciais classe B, a critério do titular da ação, a qualquer tempo, mediante notificação à sociedade. No entanto, as ações conversíveis, quando ocorrem, são convertidas na razão de 1/1, não havendo alteração no capital acionário do Banco. Sendo assim, o cálculo da distribuição de resultados considera apenas a ponderação do percentual de acréscimo pago às ações preferenciais classe A, e o lucro por ação é dado pela divisão do lucro líquido pela quantidade de ações, conforme Nota 23(b).

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, e, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

3.17. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas dentro de Receitas com Juros e Similares e Despesas com Juros e Similares na Demonstração do Resultado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é aquele utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (opções de pagamentos antecipados, por exemplo), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

3.18. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na Demonstração do Resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.19. Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente, taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 26.

3.20. Segmentos Operacionais

A Administração do Banrisul trata os negócios Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como segmentos operacionais distintos. A avaliação dos negócios é gerida de forma segmentada, a partir de relatórios específicos utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisadas periodicamente pela Diretoria.

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Diretoria Executiva, conforme Nota 06.

NOTA 04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos divulgados. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Banrisul faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros não Cotados em Mercado Ativo - o valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado por meio de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos. Em termos práticos, os modelos usam apenas dados observáveis; no entanto, áreas com volatilidade e correlações de risco de crédito (próprias e da contraparte) requerem estimativas por parte da Administração. Alterações nas premissas construídas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo divulgado de instrumentos financeiros.

(b) Planos de Pensão de Benefício Definido - o valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 32.

(c) Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - o Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 21.

(d) Perdas de Crédito Esperada - o Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira.

A cada período reportado, o Banrisul avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem

custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 3.4.

NOTA 05 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de (i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e (ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional - CMN determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen enquadradas no Segmento 1 - S1, no Segmento 2 - S2, no Segmento 3 - S3, no Segmento 4 - S4 ou no Segmento 5 - S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

O Banrisul encontra-se enquadrado no S2, nos termos da Resolução nº 4.553/17 do CMN. As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB, de liquidez, operacional, socioambiental e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pela Instituição, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos nesse escopo.

5.1. Estrutura Integrada de Gestão

A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos (órgão consultivo do Conselho de Administração) e demais Comitês de Gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGRC e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos do Banrisul abrange as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (definido conforme a Resolução nº 4.280/16 do CMN: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), considerando-as no conjunto e individualmente. Este processo também identifica e acompanha os riscos associados às demais empresas do Grupo Banrisul, controladas pelos integrantes do Conglomerado, ou das quais tenham participação.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no site de Relações com Investidores <www.banrisul.com.br/ri>, no caminho Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos, bem como outros relatórios públicos relativos à gestão de

riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

5.2. Declaração de Apetite por Riscos

O Apetite por Riscos é definido pelo BIS como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução nº 4.557/17 do CMN determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pela instituição, realiza o acompanhamento e controle rigorosos para que permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma cada nível da operação da organização desempenha um papel no tocante da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

Assim, a Declaração de Apetite por Riscos é uma ferramenta essencial no gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, operacional, de mercado, de liquidez e socioambiental, que busca a integração e o encadeamento dos processos de gestão.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. Objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação a estratégia traçada pela Instituição.

5.3. Linhas de Defesa

A gestão de riscos e controles é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. Todos os empregados da Instituição, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos da instituição.

A **1ª Linha de Defesa** é atribuída às funções que gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, e devem assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

A **2ª Linha de Defesa** é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle da Instituição. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

A **3ª Linha de Defesa** é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles.

Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Alta Administração e aos Órgãos de Governança.

5.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A definição de risco de crédito inclui ainda o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, até as esferas diretivas e seus comitês de crédito e de risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física - PF ou Pessoa Jurídica - PJ, atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

A seguir, o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banco segmentado por região geográfica, setor de atividade e tipo de exposição:

(a) Montante das Operações Segmentado por Região Geográfica

Região	31/12/2018	31/12/2017
Centro Oeste	46.223	46.726
Nordeste	50	213.261
Sudeste	1.354.498	1.313.778
Sul	32.687.421	29.856.266
Exterior	128.053	111.591
Total	34.216.245	31.541.622

(b) Montante das Operações Segmentado por Setor de Atividade

Setor	31/12/2018	31/12/2017
Pessoa Física	24.019.719	20.838.955
Pessoa Jurídica	10.196.526	10.702.667
Privado	10.110.721	10.629.088
Agropecuário	261.456	183.013
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.182.441	1.061.760
Automotivo	342.901	312.507
Comércio Atacadista Alimentos	522.310	521.602
Comércio Atacadista exceto Alimentos	456.792	455.323
Comércio Varejista - Outros	588.566	609.323
Construção e Imobiliário	1.013.550	1.032.200
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	1.346.009	1.560.007
Eletroeletrônico e Informática	286.602	236.544
Financeiro e Seguros	1.203.386	1.309.029
Máquinas e Equipamentos	291.314	340.388
Petróleo e Gás Natural	374.482	427.854
Químico e Petroquímico	455.258	543.243
Transportes	330.667	396.283
Demais Setores	1.454.987	1.640.012
Público	85.805	73.579
Total	34.216.245	31.541.622

(c) Montante das Operações Segmentado por Tipo de Exposição

Tipo Exposição	31/12/2018	31/12/2017
Pessoa Física	24.019.719	20.838.955
Crédito Rural	1.715.147	1.736.097
Imobiliário	3.435.953	3.194.266
Consignado	13.500.067	11.116.381
Veículos e Arrendamento Mercantil	15.753	23.638
Cartão de Crédito	1.322.275	1.069.214
Outros	4.030.524	3.699.359
Pessoa Jurídica	10.196.526	10.702.667
Crédito Rural	744.031	647.137
Investimento	737.404	1.044.488
Importação e Exportação	984.731	896.202
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	4.888.872	5.281.253
Outros	2.841.488	2.833.587
Total	34.216.245	31.541.622

5.4.1. Identificação, Mensuração e Avaliação

Nestes processos, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem (*Application Score* e *Behaviour Score*) oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito das Agências podem deferir/indeferir operações de crédito até os limites de suas alçadas, estabelecidos de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Para clientes de alçadas superiores às dos Comitês de Crédito das Agências as operações e Limites de Risco - LR são deferidos pelos comitês de crédito e de risco da Direção Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LRs de operações em montantes que não ultrapassem 3% do patrimônio líquido, e operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração - CA.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

As operações de crédito, contempladas ou não nos modelos de escoragem, são classificadas em ordem crescente de risco, contemplando aspectos em relação ao devedor e a seus garantidores e em relação à operação. Em relação ao **devedor e a seus garantidores**, são avaliados: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito. Em relação à **operação de crédito**, são considerados: o valor, a natureza e a finalidade da transação, além das características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez. As operações de crédito são acompanhadas pela Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco para identificação do *rating* mínimo em razão do maior atraso. Todas as operações dos clientes possuem *ratings* calculados, que adicionados ao mínimo, resultam na maior classificação de risco para o cliente.

A aquisição de títulos privados, emitidos por instituições financeiras ou não financeiras; a participação em operações compromissadas e; a aquisição de carteiras de crédito de outras instituições financeiras é avaliada de acordo com o Limite Operacional - LO, que constitui o valor máximo ao qual o Banco aceita estar exposto na ocasião. A extensão da análise técnica e subjetiva compreende, entre outros fatores, o aspecto econômico-financeiro da instituição, o ambiente econômico, o perfil da empresa e de seus controladores, o estudo sobre o conglomerado, o *rating* da instituição e as características do negócio sob o enfoque do risco.

A operação de captação externa efetuada pelo Banrisul envolve Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD na modalidade *swap*. A utilização destes instrumentos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da captação. É facultado às contrapartes não exigir garantia para a operação

até determinado valor, criando-se assim, uma exposição ao risco de crédito. Nesse caso, surge a necessidade de estabelecer um Limite de Margem até o qual a exposição ficará descoberta, não ocorrendo constituição de margem de garantia. Até o Limite de Margem não é necessário constituir garantia, uma vez ultrapassado, ocorrerá chamada de margem devendo a contraparte perdedora constituir a garantia.

5.4.2. Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento do risco de crédito, são realizadas análises de aderência dos modelos de *Application Score* e *Behaviour Score* por meio de técnicas estatísticas de validação. Para todos os segmentos de clientes também são realizadas análises dos indicadores de atraso, pendência e volume de concessão, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando o gerenciamento e o monitoramento dessas exposições por produto, classificação de risco, concentração de crédito, agência, entre outros. Também é realizado acompanhamento por meio de relatórios do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Banco Central e pela Instituição, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Além disso, são realizados Testes de Estresse da Carteira de Crédito, a fim de estimar o capital exigido e o impacto das provisões adicionais no Índice de Basileia, em situações de cenários adversos, onde possa haver deterioração da carteira da Instituição.

Para controle e mitigação da exposição ao risco de crédito, são realizadas a estruturação de garantias e da precificação, adequadas ao nível de risco a ser incorrido em razão das características do tomador e da operação, no momento da concessão. Na precificação do segmento Varejo, é considerada a inadimplência do produto para depurar a taxa e averiguar o resíduo. No segmento *Corporate*, a precificação da Mesa de Negócios considera o *rating* do cliente.

Além disso, o Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas em relação a contrapartes e grupos. A Instituição estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação ao devedor. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário.

O Banco implementa orientações e políticas já consolidadas sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação de risco, firmadas nos contratos de empréstimos ou financiamentos, como, por exemplo, o direito de vender ou reapresentar a garantia na ausência de cumprimento por parte do devedor de suas obrigações. Cabe salientar que o Banrisul efetua o controle das garantias contratadas, com destaque para as operações que apresentam o mitigador de garantias de títulos de crédito, efetuando a gestão durante todo o andamento da operação, recompondo a garantia quando assim se fizer necessário durante a vigência da operação/contrato, e baixando o excedente no seu encerramento.

Para os casos de execução das garantias atreladas a um contrato insolvente, o Banco realiza a devida retomada dos bens garantidos pela contraparte. Os ativos recebidos são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para a sua venda e, (ii) o valor contábil do empréstimo. Posteriormente, é realizada a venda deles por meio de leilões, obedecendo aos prazos determinados pelo Banco Central. Excepcionalmente, a garantia pode ser considerada de difícil conversão em valores monetários (dada a ocorrência de contingências), tornando inviável a sua liquidez no mercado.

5.4.3. Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, através de análise individualizada ou de forma coletiva.

A política operacional exige a avaliação dos ativos financeiros individuais trimestralmente, ou quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Esse tratamento é aplicável às operações de crédito individualmente relevantes para a entidade. Para ativos financeiros avaliados coletivamente, definidos por grupos de ativos financeiros associados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, a avaliação é realizada trimestralmente.

No Banrisul, as provisões para perdas esperadas sobre contas individualmente avaliadas são determinadas mediante avaliação caso a caso, onde são utilizadas informações prospectivas e de mercado. São consideradas exposições individualmente significativas operações de créditos de clientes com saldo superior ao nível mínimo de alçada de aprovação no Comitê de Risco da Direção Geral, alinhado a critérios de atraso e *rating*.

Provisões para perdas esperadas avaliadas coletivamente são estabelecidas para carteiras de ativos homogêneos que individualmente não são significativos, levando em consideração seu comportamento histórico, projeções de cenários macroeconômicos e técnicas de estatísticas.

5.4.4. Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes das Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

Exposição Máxima	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	58.728.084	54.431.518
Aplicações no Mercado Aberto	4.509.439	41.687
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	92.499	587.057
Títulos e Valores Mobiliários	16.352.825	18.876.433
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	34.216.245	31.541.622
Outros Ativos Financeiros	3.557.076	3.384.719
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	289.903	1.245.217
Títulos e Valores Mobiliários	289.903	1.245.217
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.746.632	4.067.254
Títulos e Valores Mobiliários	3.746.632	3.962.032
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	105.222
Passivos Financeiros - Provisão para Perdas Esperadas	55.062	21.785
Compromissos de Empréstimos	36.659	-
Garantias Financeiras	18.403	21.785
Off Balance	15.561.457	15.115.105
Garantias Financeiras	415.045	455.344
Crédito Imobiliário	236.636	228.957
Cheque Especial	4.700.822	4.673.665
Cartão de Crédito	3.003.788	2.449.334
Limites Pré-Datados Eletrônico - Banricompras	3.399.210	3.443.617
Limites Pré-Aprovados Parcelados - Crédito 1 Minuto	2.852.001	2.854.799
Outros Limites Pré-Aprovados	953.955	1.009.389
Total	78.381.138	74.880.879

5.4.5. Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, estão resumidas a seguir:

31/12/2018	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira	ECL	Carteira	ECL	Carteira	ECL	Carteira	ECL
Pessoa Física	20.236.552	264.357	3.248.361	101.974	534.806	459.357	24.019.719	825.688
Cartão de Crédito	1.285.319	3.598	13.225	159	23.731	23.646	1.322.275	27.403
Crédito Consignado	11.180.949	64.403	2.218.005	66.431	254.356	213.342	13.653.310	344.176
Crédito Pessoal - não Consignado	2.916.231	67.069	88.235	3.586	101.071	98.720	3.105.537	169.375
Crédito Imobiliário	3.319.087	33.335	106.427	1.176	10.439	6.608	3.435.953	41.119
Crédito Rural e Desenvolvimento	976.805	87.635	704.556	7.695	33.891	31.008	1.715.252	126.338
Outros	558.161	8.317	117.913	22.927	111.318	86.033	787.392	117.277
Pessoa Jurídica	6.603.106	286.664	3.222.562	1.166.055	370.858	321.224	10.196.526	1.773.943
Câmbio	937.429	59.732	157.970	64.538	17.385	17.108	1.112.784	141.378
Capital de Giro	2.695.487	38.101	1.160.938	329.336	95.369	79.602	3.951.794	447.039
Conta Empresarial/Garantida	566.115	1.530	72.834	2.910	44.232	36.439	683.181	40.879
Crédito Imobiliário	371.840	286	305.191	64.366	-	-	677.031	64.652
Crédito Rural e Desenvolvimento	698.246	154.223	633.467	27.984	22.662	19.677	1.354.375	201.884
Outros	1.333.989	32.792	892.162	676.921	191.210	168.398	2.417.361	878.111
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	26.839.658	551.021	6.470.923	1.268.029	905.664	780.581	34.216.245	2.599.631

Estágio 1 - são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias. As Instituições Financeiras que não apresentam atraso ou aumento significativo de risco são analisadas de forma individualizada e classificadas no estágio 1.

	31/12/2018
Não vencidos	26.017.914
Vencidos em até 30 dias	821.744
Total	26.839.658

	31/12/2018
Avaliação Coletiva	26.152.638
Avaliação Individual	687.020
Total	26.839.658

Estágio 2 - são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso entre 30 e 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito. Estes critérios são aplicados tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	31/12/2018
Não Vencidos	5.694.781
Vencidos em até 30 dias	400.689
Vencidos de 31 a 60 dias	259.260
Vencidos de 61 a 90 dias	116.193
Total	6.470.923

	31/12/2018
Avaliação Coletiva	5.173.738
Avaliação Individual	1.297.185
Total	6.470.923

Estágio 3 - são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração no crédito tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	31/12/2018
Não Vencidos	16.376
Vencidos em até 30 dias	5.135
Vencidos de 31 a 60 dias	8.297
Vencidos de 61 a 90 dias	10.696
Vencidos a mais de 90 dias	865.160
Total	905.664

	31/12/2018
Avaliação Coletiva	779.780
Avaliação Individual	125.884
Total	905.664

Análise de concentração dos Clientes Individualmente Significativos - A análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes, excluídas instituições financeiras e dependências no exterior.

	31/12/2018
Maior Devedor	6,91%
Cinco Maiores Devedores	28,73%
Dez Maiores Devedores	44,56%
Vinte Maiores Devedores	63,22%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas - atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Bannisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

Após a renegociação, uma operação de crédito e arrendamento mercantil financeiro, mesmo que ainda não esteja vencida, tem seu prazo alterado e é retornada à condição de normalidade, e sua administração é efetuada com outras contas similares, renegociadas ou não.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro renegociados no exercício de 2018 totalizaram R\$916.644 (31/12/2017 - R\$987.984).

5.4.6. Retomadas de Garantias

Os ativos retomados são classificados e reconhecidos como ativo no efetivo registro da propriedade.

Os ativos recebidos, na ocasião da execução dos contratos de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: **(i)** o valor justo do bem menos os custos estimados para a sua venda e, **(ii)** o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda desses bens contempla a realização de licitações periódicas que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade do Banrisul pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Esse prazo pode ser prorrogável a critério do referido órgão regulador.

Os imóveis retomados (natureza do Ativo) no exercício de 2018 totalizaram R\$43.544 (31/12/2017 - R\$22.234).

5.5. Risco de Mercado

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a Instituição estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banco, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação. A classificação é realizada da seguinte forma:

(a) Carteira Trading (Trading Book): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

(b) Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (Banking Book): compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Comunicação Interna

No intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado aos membros da alta administração periodicamente o Relatório de Risco de Mercado, e mensalmente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco da Instituição. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação.

Comunicação Externa

No intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução nº 4.557/17 do CMN a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <http://ri.banrisul.com.br/banrisul/>.

5.5.1. Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

O Banrisul monitora o risco de mercado das suas operações por meio da utilização de metodologias como o Valor em Risco (VaR) e pela realização de análise de sensibilidade das carteiras. As metodologias de mensuração das exposições sujeitas a risco de mercado contemplam as seguintes métricas:

(a) Marcação a Mercado: para realizar o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos do consolidado, são utilizados os preços capturados diariamente na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - (Anbima) e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A partir desses preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* natural (ano em 252 dias úteis) para obter a taxa de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

(b) Value at Risk: o Banco utiliza a metodologia do VaR para a mensuração do risco das operações classificadas na carteira *Banking* e nas operações da carteira *Trading* com fator de risco em taxa pré-fixada conforme modelo padronizado definido pelo Bacen na Circular nº 3.634/13. O *Value at Risk* ou VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor "máximo" que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas, índice de preços e taxa de juros, o modelo utilizado é o *maturity ladder*, conforme definido pelo Bacen em circulares específicas.

(c) Análise de Sensibilidade: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade, foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3), nas curvas de juros pré-fixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da Anbima e a cotação do dia do dólar Ptax venda/Bacen. A seguir, apresentamos tabela com o resultado da análise de sensibilidade referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários	Fatores de Risco			Total	
	Taxa de Juros	Moedas	Ações		
1	1%	1	1.483	189	1.673
2	25%	25	37.083	4.720	41.828
3	50%	50	74.166	9.439	83.655

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de

captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 20). Estas captações externas possuíam valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares americanos) e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar - US\$” considera a cotação de R\$3,8748 de 31/12/2018 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2018.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2018.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2018.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>Swap</i>	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(3.359)	(80.716)	(155.151)
Item Objeto de Proteção					
<i>Dívida I</i>	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	3.359	80.717	155.153
Efeito Líquido			-	1	2

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

(d) Testes de Estresse: os testes de estresse para as exposições da carteira de não negociação, de acordo com as definições do Bacen, são realizados por meio da estimação do percentual de variação do valor de mercado da carteira *Banking*, com a utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando *holding period* de um ano e o período de observação de cinco anos. Também é estimada a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxa de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado da carteira de não negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

5.5.2. Resumo de VaR Global em 31 de dezembro 2018

A tabela a seguir demonstra o resultado do VaR Global consolidado, abrangendo as carteiras *Trading* e carteira *Banking*, e do VaR individual das carteiras *Trading* (horizonte de 10 dias úteis) e *Banking* (horizonte de 21 dias úteis), na posição em 31 de dezembro de 2018.

Metodologia - Value at Risk (VaR)

Fator de Risco	Referencial	Carteira <i>Trading</i>	Carteira <i>Banking</i>	<i>Trading e Banking</i>
Pré-fixado	Taxa Prefixada	207	341.051	341.258
Cupom de Índices	IPCA	-	232	232
	IGP-M	-	428	428
	Outros	-	362	362
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	-	28.340	28.340
	Euro	-	123	123
	Libra Esterlina	-	12	12
	Outros	-	152	152
Cupom de Taxas	TR	-	5.728	5.728
	TJLP	-	524	524
Total		207	376.952	377.159

5.5.3. Exposições sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política do Banrisul é administrar a exposição em limites inferiores a 2,55% do seu Patrimônio de Referência. A exposição apresentada no período findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$184.640 (31/12/2017 - R\$186.796).

O Banrisul está aderente as novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWAcam, o valor verificado no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$856.300 (31/12/2017 - R\$807.765).

5.5.4. Exposições sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018	Circulante		Não Circulante		31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros						
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.447.122	-	-	-	11.447.122	10.536.095
Ao Custo Amortizado						
Aplicações no Mercado Aberto	4.509.439	-	-	-	4.509.439	41.687
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.953	79.546	-	-	92.499	587.057
Títulos e Valores Mobiliários	3.653.266	33.481	5.660.836	7.005.242	16.352.825	18.876.433
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.856.822	8.454.861	14.316.089	5.588.473	34.216.245	31.541.622
Outros Ativos Financeiros	-	2.364.540	1.192.536	-	3.557.076	3.384.719
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes						
Títulos e Valores Mobiliários	289.903	-	-	-	289.903	1.245.217
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Títulos e Valores Mobiliários	695.502	-	1.123.499	1.927.631	3.746.632	3.962.032
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	105.222
Total de Ativos Financeiros	26.465.007	10.932.428	22.292.960	14.521.346	74.211.741	70.280.084
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	11.858.953	2.011.163	21.869.131	11.495.433	47.234.680	43.530.687
Captações no Mercado Aberto	3.928.602	-	-	-	3.928.602	4.852.616
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	162.862	526.041	2.151.098	-	2.840.001	2.037.848
Obrigações por Repasses	110.745	324.513	639.388	677.313	1.751.959	2.221.470
Obrigações por Empréstimos	282.295	580.223	270	-	862.788	716.702
Outros Passivos Financeiros	941	4.469.262	70.180	9.279	4.549.662	4.280.889
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.257	1.166	24.386	-	26.809	406.169
Dívidas Subordinadas	83.260	71.906	1.996.865	-	2.152.031	1.893.138
Total de Passivos Financeiros	16.428.915	7.984.274	26.751.318	12.182.025	63.346.532	59.939.519
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	10.036.092	2.948.154	(4.458.358)	2.339.321	10.865.209	10.340.565

5.6. Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, como por exemplo, de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas; e o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas, assim como também são considerados possíveis impactos na liquidez da instituição decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez da instituição e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto-prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos da instituição.

Mensalmente, em linha com as exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à alta administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa da Instituição.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a Declaração de Apetite a Riscos da Instituição, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

5.6.1. Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

Em 31 de dezembro de 2018	Circulante		Não Circulante		31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	15.490.038	2.013.037	21.881.362	11.501.862	50.886.299	47.116.434
Captações no Mercado Aberto	3.929.631	-	-	-	3.929.631	4.853.278
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	162.862	526.041	2.151.098	-	2.840.001	2.037.848
Obrigações por Repasses	116.762	342.143	1.090.871	297.732	1.847.508	2.333.568
Obrigações por Empréstimos	282.295	580.223	270	-	862.788	716.702
Outros Passivos Financeiros	941	4.469.262	70.180	9.279	4.549.662	-
Ao Valor Justo por Meio do Resultado						
Dívidas Subordinadas	74.754	74.754	2.401.009	-	2.550.517	2.305.071
Total de Passivo (Datas de Vencimentos Contratuais)	20.057.283	8.005.460	27.594.790	11.808.873	67.466.406	59.362.901
Total de Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	27.015.536	11.584.088	30.405.136	18.393.115	87.397.875	68.239.103
Disponibilidades	886.049	-	-	-	886.049	801.704
Ativos Financeiros						
Depósitos Compulsórios no Banco Central	12.162.020	-	-	-	12.162.020	11.078.129
Ao Custo Amortizado	12.982.062	11.584.088	29.281.637	16.465.484	70.313.271	51.046.799
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	289.903	-	-	-	289.903	1.245.217
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	695.502	-	1.123.499	1.927.631	3.746.632	4.067.254

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem: Disponibilidades e Ativos Financeiros.

5.6.2. Itens não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. Os valores transferidos para o Estado em 31 de dezembro de 2018 atingiram o montante de R\$10.208.286 (31/12/2017 - R\$10.188.286). No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

5.7. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

(a) Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo - ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

(i) Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;

(ii) Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e

(iii) Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Mensuração ao valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.735.096	11.536	3.746.632	3.962.032	-	3.962.032
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.670.633	-	3.670.633	3.866.376	-	3.866.376
Cotas de Fundo de Renda Fixa	32.425	-	32.425	31.313	-	31.313
Cotas de Fundo Referenciado	16.658	-	16.658	310	-	310
Outras Cotas de Fundos	-	4.325	4.325	10.250	-	10.250
Ações de Companhias Abertas	15.380	-	15.380	53.783	-	53.783
Outros	-	7.211	7.211	-	-	-
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	289.894	9	289.903	1.245.070	147	1.245.217
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	841.415	-	841.415
Ações de Companhias Abertas	1.072	-	1.072	23.489	-	23.489
Certificados de Privatização	-	9	9	-	8	8
Cotas de Fundo de Renda Fixa	286.553	-	286.553	377.971	-	377.971
Cotas de Fundo Imobiliário	2.269	-	2.269	2.195	-	2.195
Outras Cotas de Fundos	-	-	-	-	139	139
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	105.222	105.222
Swap	-	-	-	-	105.222	105.222
Total de Ativos Mensurados Valor Justo	4.024.990	11.545	4.036.535	5.207.102	105.369	5.312.471
Passivos Mensurados ao Valor Justo						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	26.809	26.809	-	406.169	406.169
Dívidas Subordinadas	-	2.152.031	2.152.031	-	1.893.138	1.893.138
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	2.178.840	2.178.840	-	2.299.307	2.299.307

O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo - a tabela a seguir resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros				
Aplicações no Mercado Aberto	4.509.439	41.687	4.509.439	41.687
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	92.499	587.057	92.332	594.130
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽¹⁾	34.216.245	31.541.622	34.498.890	31.798.165
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	16.352.825	18.876.433	16.351.337	18.857.563
Outros Ativos Financeiros	3.557.076	3.384.719	3.557.076	3.384.719
Total	55.171.007	51.046.799	55.451.998	51.291.545
Passivos Financeiros ⁽³⁾				
Depósitos	50.864.110	47.084.589	50.120.010	46.394.699
Captações no Mercado Aberto	3.928.602	4.852.616	3.928.602	4.852.616
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	2.840.001	2.037.848	3.132.604	2.297.590
Obrigações por Repasses	1.751.959	2.221.470	1.751.959	2.221.470
Obrigações por Empréstimos	862.788	716.702	862.788	716.702
Outros Passivos Financeiros	4.549.662	4.280.889	4.549.662	4.280.889
Total	60.247.460	61.194.114	59.795.963	60.763.966

(1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - o valor justo estimado das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescida da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

(2) Títulos e Valores Mobiliários - o valor justo calculado para títulos e valores mobiliários tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.

(3) Passivos Financeiros - o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada a taxa de risco do Banco.

(a) Depósitos a Prazo e Interfinanceiros: o valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

(b) Captações no Mercado Aberto: para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

(c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos: o valor justo das Letras Financeiras pós-fixadas é calculado mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa adotando taxa de desconto equivalente à taxa média ponderada praticada na emissão mais recente, pelo Banrisul, de títulos com característica semelhante.

(d) Obrigações por Empréstimos e Repasses: tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

5.8. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados à Diretoria, ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

5.9. Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

O gerenciamento do risco socioambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características permitam identificar previamente a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram na definição acima sejam analisados.

Com relação às atividades da Instituição, o gerenciamento do risco socioambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos socioambientais associados.

Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco socioambiental na Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

5.10. Gestão de Capital

O principal objetivo do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (*Basel Committee On Banking Supervision - BCBS*), com a criação dos Acordos de Basileia, foi desenvolver um sistema para mensuração e padronização dos requerimentos mínimos de capital, calculados a partir da ponderação dos riscos dos ativos. A exigência de capital é um dos instrumentos mais utilizados pelas autoridades reguladoras para buscar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional.

O Banrisul está sujeito aos normativos emitidos pelo Banco Central, que implementaram as diretrizes definidas pelo Acordo de Capitais de Basileia para o cálculo e a adequação de capital mínimo no Brasil. O processo de gerenciamento de capital deve ser realizado de forma contínua, visando a adequação do Patrimônio de Referência - PR aos riscos incorridos pela instituição, abrangendo no mínimo aqueles que fazem parte da apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Visando o aprimoramento deste processo, o Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Resolução nº 3.988/11, substituída pela Resolução nº 4.557 em 2017, determinou que as instituições financeiras obrigadas a

calcular o RWA tenham estrutura de gerenciamento contínuo de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.

A Resolução nº 4.192/13 do CMN redefine a estrutura de capital, onde as exigências são segregadas em três requerimentos independentes de capital, que devem ser observados continuamente pelas instituições financeiras. Os três requerimentos mínimos dizem respeito ao:

- Capital Principal - CP: composto principalmente por ações, quotas e lucros retidos (capital social, reservas e lucros acumulados) menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital de Nível I - CN1: composto pelo capital principal e capital complementar (outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento); e
- Patrimônio de Referência - PR: composto pelo Capital Nível I e Capital de Nível II - CN2 (outros instrumentos capazes de absorver perdas em caso de instituição em liquidação).

A Resolução nº 4.192/13 do CMN também determina que as deduções do Patrimônio de Referência referentes aos ajustes prudenciais sejam efetuadas de forma gradativa, iniciou com um percentual de 20% em 2014, atingindo 100% em 2018.

Além dos requerimentos de capital descritos acima, o Bacen instituiu o Adicional de Capital Principal - ACP, ou *buffer* de capital, que deve ser composto pelos mesmos instrumentos que compõem o CP. A definição deste adicional está contemplada na Resolução nº 4.193/13 do CMN e suas alterações. A apuração do ACP passou a ser exigida a partir de janeiro de 2016.

Os requerimentos mínimos para os índices de capital e o seu cronograma de implementação estão demonstrados no quadro a seguir:

	2018	2019
Capital Principal	4,50%	4,50%
Nível I	6,00%	6,00%
PR	8,63%	8,00%
ACPConservação	1,88%	2,50%
ACPContracíclico	até 1,88%	até 2,50%
ACPSistêmico	até 1,00%	até 2,00%
CP + ACP	6,38% a 9,25%	7,00% a 11,50%
Nível I + ACP	7,88% a 10,75%	8,50% a 13,00%
PR + ACP	10,50% a 13,38%	10,50% a 15,00%
Fator F	8,63%	8,00%
Dedução dos Ajustes Prudenciais	100,00%	100,00%

Para fins do cálculo dos Requerimentos Mínimos de Capital e do ACP mencionados anteriormente, o Banrisul adota a abordagem padronizada para apuração do montante do RWA, que corresponde a seguinte soma das seguintes parcelas:

RWA_{CPAD}: exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

RWA_{MPAD}: exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; consistindo no somatório das parcelas sujeitas a variação da taxa de juros, dos preços de ações, do câmbio e dos preços de mercadorias (*commodities*); e

RWA_{OPAD}: cálculo do capital requerido para o risco operacional apurado mediante abordagem padronizada.

Além destas parcelas, o Bacen exige, por parte das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, a manutenção de Patrimônio de Referência suficiente para a cobertura do risco de taxas de juros das operações não incluídas na carteira de negociação, R_{BAN} (Carteira *Banking*), definida na Resolução nº 3.464/07 do CMN.

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução nº 4.280/13 do CMN, e composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado, bem como as participações em fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Conglomerado Prudencial	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	6.145.537	6.578.696
Nível I	5.434.907	5.690.408
Capital Principal	5.434.907	5.690.408
Capital Social	4.403.823	4.756.759
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	3.070.817	2.473.989
Deduções de Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	195.955	195.869
Avaliação Patrimonial e TVM	191.465	191.379
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	4.490	4.490
Ajustes Prudenciais	1.843.778	1.344.471
Exceto Participações não Consolidadas e Crédito Tributário	1.315.407	1.101.043
Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores	528.371	243.428
Nível II	710.630	888.288
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	710.630	888.288
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	40.380.928	38.749.515
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	29.909.619	29.563.694
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	907.436	851.001
Risco de Juros (RWA _{JUR1})	2.402	3.141
Risco de Ações (RWA _{ACS})	48.734	40.095
Risco Taxa de Câmbio (RWA _{CAM})	856.300	807.765
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	9.563.873	8.334.820
Carteira <i>Banking</i> (Rban)	376.998	259.331
Margem sobre o PR Considerando Rban	1.528.541	2.250.666
Índice de Basileia %	15,22%	16,98%
Índice de Nível I %	13,46%	14,69%
Índice de Capital Principal %	13,46%	14,69%
Índice de Imobilização %	5,89%	8,67%
Razão de Alavancagem	6,78%	7,46%

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para 2018, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,62% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido é de 1,87%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 7,87% para o Nível I e 6,37% para o Capital Principal.

O Patrimônio de Referência - PR, em dezembro de 2018, alcançou R\$6.145.537. Comparado a dezembro de 2017, o PR apresentou redução de R\$433.159, impactado pela redução de R\$177.657 na dívida subordinada registrada no Nível II, em função da aplicação do cronograma de Basileia III, e pelo incremento de R\$499.307 na dedução dos ajustes prudenciais (que reduz o PR) e da redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 15,22%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O Índice de Nível I foi de 13,46% e o Índice de Capital Principal foi de 13,46%. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2018 foi de 6,78%.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 06 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A Administração do Banrisul trata os negócios Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como segmentos operacionais distintos. A avaliação dos negócios é gerida de forma segmentada, a partir de relatórios específicos utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisadas periodicamente pela Diretoria.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas aos clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O Banrisul dispõe de métricas detalhadas por agência que subsidiam a tomada de decisões nesse segmento. A atribuição de pontuação nas metas direciona a alocação e captação de recursos.

O segmento Consignado Correspondentes responde pela originação de crédito consignado em canal específico fora da rede Banrisul. A aquisição de parte do capital social da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., em março de 2012, agregou ao Banco a possibilidade de expandir sua área geográfica de atuação, alcançando outras regiões do País. A originação de crédito consignado fora da rede Banrisul representa 18,7% do total de operações de varejo registradas com clientes e não correntistas, requisitando, portanto, de políticas de concessão e controles específicos, constituindo-se em objeto de avaliação segmentada do ponto de vista da gestão.

O segmento Corporativo é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e às operações de crédito comercial, de longo prazo, rural, habitacional e de câmbio, focado no atendimento a órgãos e instituições públicas de governos e empresas de grande porte. A atuação do Banrisul no segmento Corporativo está focada no aproveitamento de oportunidades de mercado por meio de operações com as próprias entidades, como folha de pagamento, cobrança e outros serviços, bem como no aprofundamento do relacionamento comercial com os empregados dessas corporações, ampliando as operações do segmento Varejo.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa do Banrisul e pela administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul. No demonstrativo de resultado, as receitas com juros e similares não incluem, no segmento Tesouraria, o resultado de derivativos, enquanto as despesas com juros e similares foram afetadas, nos períodos, pela variação cambial da captação de origem externa, operação para a qual o Banco utiliza instrumentos de *hedge*, cujo resultado está demonstrado como ganhos líquidos em ativos e passivos financeiros ao valor justo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que estão descritas no sumário de políticas contábeis significativas. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas esperadas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados em segmentos.

O balanço patrimonial por segmentos de negócios está demonstrado a seguir. O formato de apresentação das informações por segmentos inclui, na coluna outros, a reconciliação dos valores de itens dos segmentos divulgáveis com os respectivos valores totais das demonstrações financeiras.

As receitas e despesas com juros e similares por segmento de negócios estão apresentados na sequência. As receitas do segmento Consignado Correspondentes estão demonstradas líquidas das despesas com comissões de originação; não são efetivadas captações por meio desse segmento, sendo utilizado como *funding* recursos captados no segmento Varejo. O resultado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para mitigação de oscilações cambiais em relação às captações externas, bem como o resultado de variação cambial sobre transações no exterior, estão demonstrados como resultado de operações com ativos e passivos financeiros. Assim, face à significativa variação cambial registrada nos períodos, o resultado financeiro, por segmentos de negócios, está apresentado na linha resultado líquido de juros ajustado.

O Banrisul não possui operações com clientes cuja receita represente 10% ou mais da receita do período com juros e similares.

BALANÇO PATRIMONIAL							
	Varejo	Corporativo	Consignado			31/12/2018	31/12/2017
			Correspondentes	Tesouraria	Outros ⁽¹⁾		
Ativo	21.660.976	5.786.039	4.981.632	40.737.228	5.170.538	78.336.413	74.367.489
Passivo	45.152.377	8.113.207	-	12.166.636	5.538.130	70.970.350	67.008.338

(1) Composto por rubricas contábeis de ativos/passivos que não geram receitas/despesas com juros.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO							
	Varejo	Corporativo	Consignado			Total 2018	Total 2017
			Correspondentes	Tesouraria	Outros		
Receitas com Juros e Similares	4.674.307	713.315	652.836	2.413.966	-	8.454.424	9.317.842
Despesas com Juros e Similares	(2.260.485)	(567.249)	-	(1.080.946)	-	(3.908.680)	(4.729.865)
Receita Líquida de Juros	2.413.822	146.066	652.836	1.333.020	-	4.545.744	4.587.977
Outras receitas/despesas não de juros	-	60.053	-	228.023	-	288.076	23.578
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos							
Financeiros ao Valor Justo	-	-	-	228.023	-	228.023	(63.950)
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	-	60.053	-	-	-	60.053	87.528
Resultado Líquido de Juros Ajustado	2.413.822	206.119	652.836	1.561.043	-	4.833.820	4.611.555

NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa está assim representada:

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	886.049	801.704
Aplicações no Mercado Aberto	4.509.439	41.687
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	12.953	6.626
Total	5.408.441	850.017

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros não equivalentes de caixa totalizavam R\$79.546 (31/12/2017 - R\$580.431).

NOTA 08 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/12/2018	31/12/2017
Não Remunerados	714.898	542.034
Remunerados	11.447.122	10.536.095
Total	12.162.020	11.078.129

Os Depósitos Compulsórios no Banco Central referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos ao Banco Central. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

NOTA 09 - APLICAÇÃO NO MERCADO ABERTO E EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações no Mercado Aberto	4.509.439	41.687
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	136.224	25.187
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.363.927	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	999.904	-
Certificados de Depósito Bancário	1.224	1.164
Outros	8.160	15.336
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	92.499	587.057
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	92.499	587.057
Total	4.601.938	628.744

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	Perda Esperada	31/12/2018	31/12/2017
			Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	16.228.989	11.128	16.217.861	18.632.271
Títulos Públicos Federais (CVS)	94.049	78	93.971	104.739
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	17.719	4	17.715	20.745
Debêntures	-	-	-	13.516
Letras Financeiras	23.278	-	23.278	105.162
Total	16.364.035	11.210	16.352.825	18.876.433

Composição por prazo de vencimento:

Vencimentos	Valor Justo	31/12/2018	31/12/2017
		Custo Amortizado	Custo Amortizado
Até 3 meses	3.655.770	3.653.266	4.570.190
De 3 a 12 meses	33.504	33.481	7.440.747
De 1 a 3 anos	1.460.760	1.459.759	3.463.803
De 3 a 5 anos	4.203.957	4.201.077	1.249.192
De 5 a 15 anos	7.010.044	7.005.242	2.152.501
Total	16.364.035	16.352.825	18.876.433

Para o ano de 2018, os Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado foram classificados no estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banco é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

(a) Composição da carteira bruta das operações de crédito segregadas por estágios:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2018	31/12/2017
Pessoas Físicas	20.236.552	3.248.361	534.806	24.019.719	20.838.955
Cartão de Crédito	1.285.319	13.225	23.731	1.322.275	1.069.214
Crédito Consignado	11.180.949	2.218.005	254.356	13.653.310	11.260.443
Crédito Pessoal - não Consignado	2.916.231	88.235	101.071	3.105.537	2.760.219
Crédito Imobiliário	3.319.087	106.427	10.439	3.435.953	3.194.266
Crédito Rural e Desenvolvimento	976.805	704.556	33.891	1.715.252	1.736.273
Outros	558.161	117.913	111.318	787.392	818.540
Pessoa Jurídica	6.603.106	3.222.562	370.858	10.196.526	10.702.667
Câmbio	937.429	157.970	17.385	1.112.784	1.007.793
Capital de Giro	2.695.487	1.160.938	95.369	3.951.794	4.123.800
Conta Empresarial/Garantida	566.115	72.834	44.232	683.181	757.248
Crédito Imobiliário	371.840	305.191	-	677.031	634.704
Crédito Rural e Desenvolvimento	698.246	633.467	22.662	1.354.375	1.525.441
Outros	1.333.989	892.162	191.210	2.417.361	2.653.681
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	26.839.658	6.470.923	905.664	34.216.245	31.541.622
(-) Perda de Crédito Esperada	(551.021)	(1.268.029)	(780.581)	(2.599.631)	(2.425.702)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido de Perda de Crédito Esperada	26.288.637	5.202.894	125.083	31.616.614	29.115.920

A tabela a seguir apresenta o fluxo de vencimento das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, seguido pela concentração dos maiores tomadores em relação a toda exposição da carteira.

Prazo por Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas a partir de 1 dia	526.065	591.453
A vencer até 3 meses	5.773.783	5.223.810
A vencer de 3 a 12 meses	8.454.861	8.200.574
A vencer acima de 1 ano	19.461.536	17.525.785
Total da Carteira	34.216.245	31.541.622

Por Concentração	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	413.915	1,21	446.085	1,41
10 maiores devedores seguintes	1.443.068	4,22	1.410.128	4,47
20 maiores devedores seguintes	1.437.549	4,20	1.209.316	3,83
50 maiores devedores seguintes	1.666.250	4,87	1.690.789	5,36
100 maiores devedores seguintes	1.474.035	4,31	1.546.843	4,90

(b) Composição da Perda de Crédito Esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	208.381	(10.150)	(3.830)	14.418	6.119	-	49.419	264.357
Cartão de Crédito	3.853	(2)	(1)	1	30	-	(283)	3.598
Crédito Consignado	22.385	(3.938)	(729)	1.386	92	-	45.207	64.403
Crédito Pessoal - não Consignado	67.920	(2.911)	(1.093)	357	4.687	-	(1.891)	67.069
Crédito Imobiliário	21.312	(439)	(46)	383	408	-	11.717	33.335
Crédito Rural e Desenvolvimento	82.122	(1.252)	(985)	2.320	637	-	4.793	87.635
Outros	10.789	(1.608)	(976)	9.971	265	-	(10.124)	8.317
Pessoas Jurídicas	232.426	(31.563)	(4.571)	23.393	1.521	-	65.458	286.664
Câmbio	22.966	(619)	(11)	148	-	-	37.248	59.732
Capital de Giro	53.103	(20.191)	(173)	5.245	4	-	113	38.101
Conta Empresarial/Garantida	3.368	(178)	(92)	200	738	-	(2.506)	1.530
Crédito Imobiliário	524	(364)	-	5.830	-	-	(5.704)	286
Crédito Rural e Desenvolvimento	114.501	(758)	(236)	621	-	-	40.095	154.223
Outros	37.964	(9.453)	(4.059)	11.349	779	-	(3.788)	32.792
Total	440.807	(41.713)	(8.401)	37.811	7.640	-	114.877	551.021

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	124.570	(14.418)	(37.370)	10.150	1.812	-	17.230	101.974
Cartão de Crédito	129	(1)	(1)	2	19	-	11	159
Crédito Consignado	73.824	(1.386)	(16.168)	3.938	780	-	5.443	66.431
Crédito Pessoal - não Consignado	3.662	(357)	(4.099)	2.911	553	-	916	3.586
Crédito Imobiliário	1.038	(383)	(31)	439	269	-	(156)	1.176
Crédito Rural e Desenvolvimento	11.835	(2.320)	(2.350)	1.252	37	-	(759)	7.695
Outros	34.082	(9.971)	(14.721)	1.608	154	-	11.775	22.927
Pessoas Jurídicas	933.511	(23.393)	(300.671)	31.563	571	-	524.474	1.166.055
Câmbio	50.740	(148)	(389)	619	-	-	13.716	64.538
Capital de Giro	259.056	(5.245)	(130.017)	20.191	-	-	185.351	329.336
Conta Empresarial/Garantida	1.021	(200)	(135)	178	265	-	1.781	2.910
Crédito Imobiliário	33.083	(5.830)	-	364	-	-	36.749	64.366
Crédito Rural e Desenvolvimento	28.135	(621)	(4.800)	758	42	-	4.470	27.984
Outros	561.476	(11.349)	(165.330)	9.453	264	-	282.407	676.921
Total	1.058.081	(37.811)	(338.041)	41.713	2.383	-	541.704	1.268.029

Estágio 3	Saldo Inicial 01/01/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	435.693	(6.119)	(1.812)	3.830	37.370	(467.048)	457.443	459.357
Cartão de Crédito	19.514	(30)	(19)	1	1	(8.761)	12.940	23.646
Crédito Consignado	152.453	(92)	(780)	729	16.168	(134.843)	179.707	213.342
Crédito Pessoal - não Consignado	111.335	(4.687)	(553)	1.093	4.099	(115.656)	103.089	98.720
Crédito Imobiliário	6.015	(408)	(269)	46	31	(2.219)	3.412	6.608
Crédito Rural e Desenvolvimento	33.718	(637)	(37)	985	2.350	(36.947)	31.576	31.008
Outros	112.658	(265)	(154)	976	14.721	(168.622)	126.719	86.033
Pessoas Jurídicas	601.349	(1.521)	(571)	4.571	300.671	(947.228)	363.953	321.224
Câmbio	7.423	-	-	11	389	(7.099)	16.384	17.108
Capital de Giro	145.113	(4)	-	173	130.017	(283.119)	87.422	79.602
Conta Empresarial/Garantida	41.328	(738)	(265)	92	135	(36.123)	32.010	36.439
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural e Desenvolvimento	92.595	-	(42)	236	4.800	(97.525)	19.613	19.677
Outros	314.890	(779)	(264)	4.059	165.330	(523.362)	208.524	168.398
Total	1.037.042	(7.640)	(2.383)	8.401	338.041	(1.414.276)	821.396	780.581

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 01/01/2018	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	768.644	(467.048)	524.092	825.688
Cartão de Crédito	23.496	(8.761)	12.668	27.403
Crédito Consignado	248.662	(134.843)	230.357	344.176
Crédito Pessoal - não Consignado	182.917	(115.656)	102.114	169.375
Crédito Imobiliário	28.365	(2.219)	14.973	41.119
Crédito Rural e Desenvolvimento	127.675	(36.947)	35.610	126.338
Outros	157.529	(168.622)	128.370	117.277
Pessoas Jurídicas	1.767.286	(947.228)	953.885	1.773.943
Câmbio	81.129	(7.099)	67.348	141.378
Capital de Giro	457.272	(283.119)	272.886	447.039
Conta Empresarial/Garantida	45.717	(36.123)	31.285	40.879
Crédito Imobiliário	33.607	-	31.045	64.652
Crédito Rural e Desenvolvimento	235.231	(97.525)	64.178	201.884
Outros	914.330	(523.362)	487.143	878.111
Total	2.535.930	(1.414.276)	1.477.977	2.599.631

(c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador):

Apresentamos a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento.

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	19.688	(9.486)	17.674
Até 1 ano	19.688	(9.486)	17.674
Não Circulante	21.493	(11.093)	14.358
Entre 1 a 5 anos	21.493	(11.093)	14.358
Total em 31/12/2018	41.181	(20.579)	32.032
Total em 31/12/2017	56.924	(27.804)	44.145

NOTA 12 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes por tipo de papel e pelo valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo	Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	841.424	(9)	841.415
Ações de Companhias Abertas	877	195	1.072	22.633	856	23.489
Certificados de Privatização	9	-	9	8	-	8
Cotas de Fundo de Renda Fixa	285.932	621	286.553	377.971	-	377.971
Cotas de Fundo Imobiliário	2.269	-	2.269	1.647	548	2.195
Outras Cotas de Fundos	-	-	-	139	-	139
Total⁽¹⁾	289.087	816	289.903	1.243.822	1.395	1.245.217

(1) No período não houve registro para perda esperada.

Composição por prazo de vencimento:

Vencimentos	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Sem Vencimento	289.087	289.903	402.398	403.802
De 3 a 12 meses	-	-	841.424	841.415
Total	289.087	289.903	1.243.822	1.245.217

Para o ano de 2018, os Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram classificados no estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco.

NOTA 13 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (títulos mantidos para negociação) por tipo de papel e pelo valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.670.215	418	3.670.633	3.866.577	(201)	3.866.376
Cotas de Fundo de Renda Fixa	32.425	-	32.425	31.313	-	31.313
Cotas de Fundo Referenciado	16.658	-	16.658	310	-	310
Outras Cotas de Fundos	4.325	-	4.325	10.250	-	10.250
Ações de Companhias Abertas	17	15.363	15.380	23	53.760	53.783
Outros	7.211	-	7.211	-	-	-
Total	3.730.851	15.781	3.746.632	3.908.473	53.559	3.962.032

Composição por prazo de vencimento:

Vencimentos	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Sem Vencimento ⁽¹⁾	60.636	75.999	41.896	95.656
Até 3 meses	619.505	619.503	2.507.291	2.506.865
De 1 a 3 anos	827.104	827.246	582.152	582.143
De 3 a 5 anos	296.305	296.253	777.134	777.368
De 5 a 15 anos	1.927.301	1.927.631	-	-
Total	3.730.851	3.746.632	3.908.473	3.962.032

(1) No Valor Justo inclui-se ações recebidas em bonificação quando da desmaturalização de entidade de meios de pagamento no valor de R\$15.380 (31/12/2017-R\$53.783).

NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 20, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida em que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura do *hedge* de valor justo (*hedge accounting*) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (Dívida Subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Valor Justo	31/12/2018
				Valor Justo
Instrumento de Hedge				
Contratos de <i>Swap</i>	2.102.648	(82.915)	56.106	(26.809)
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	(82.915)	56.106	(26.809)
Objeto de Hedge				
Dívida Subordinada (Nota 20)	917.655	2.088.490	56.727	2.145.217
Moeda Estrangeira - Dólar	917.655	2.088.490	56.727	2.145.217

				31/12/2017
Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
Instrumento de Hedge				
Contratos de Swap	2.102.648	(406.169)	105.222	(300.947)
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	(406.169)	105.222	(300.947)
Objeto de Hedge				
Dívida Subordinada (Nota 20)	917.665	1.783.182	104.770	1.887.952
Moeda Estrangeira - Dólar	917.665	1.783.182	104.770	1.887.952

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor justo:

				31/12/2018
Swaps	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor Justo no Resultado ⁽¹⁾	Valor Justo ⁽¹⁾
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(13.531)	56.103	42.572
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(69.384)	3	(69.381)
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(82.915)	56.106	(26.809)

(1) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

				31/12/2017
Swaps	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor Justo no Resultado ⁽¹⁾	Valor Justo ⁽¹⁾
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(319.301)	(86.868)	(406.169)
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	104.608	614	105.222
Ajuste Líquido em 01/01/2018		(214.693)	(86.254)	(300.947)

(1) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

			31/12/2018			
Swaps	Valor de Referência	Valor Justo ⁽¹⁾	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Ativo						
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	42.572	1.473	1.428	5.278	34.393
Passivo						
% do CDI	(2.102.648)	(69.381)	(2.728)	(2.596)	(10.306)	(53.751)
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(26.809)	(1.255)	(1.168)	(5.028)	(19.358)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

			31/12/2017			
Swaps	Valor de Referência	Valor Justo ⁽¹⁾	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Ativo						
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(214.693)	(7.223)	(7.062)	(26.385)	(174.023)
Passivo						
% do CDI	(2.102.648)	(86.254)	(4.075)	(3.243)	(13.677)	(65.259)
Ajuste Líquido em 31/12/2017		(300.947)	(11.298)	(10.305)	(40.062)	(239.282)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e eventuais suplementações de garantias reais reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor justo estipulados contratualmente.

A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$11.185 (31/12/2017 - R\$329.981) e a margem recebida no valor de R\$1.701.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de *hedge* de valor justo (*hedge accounting*) de acordo com IAS 39. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelas normas contábeis internacionais, conforme política contábil adotada pelo Banco descrita na Nota 3.2(g).

NOTA 15 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

A tabela a seguir apresenta as empresas coligadas nas quais o Banco possui investimentos:

Em 31 de dezembro de 2018	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Empresas Coligadas	201.591		100.745	90.572	45.179
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	34.311	49,90	17.121	9.448	4.763
Banrisul Icatu Participações S.A.	167.280	49,99	83.624	81.124	40.416

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na prestação de serviço como originadora de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais.

Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR: é uma *holding* na qual o Banrisul detém 49,99% do capital, parceria que representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco. Do grupo econômico, faz parte a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de vida e de previdência privada e a Rio Grande Capitalização S.A.

NOTA 16 - IMOBILIZADO

	Imóveis de Uso ⁽¹⁾	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2017							
Custo	278.341	1.662	201.140	123.639	288.903	33.026	926.711
Depreciação Acumulada	(160.692)	-	(87.411)	(71.246)	(215.225)	(22.560)	(557.134)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2017	117.649	1.662	113.729	52.393	73.678	10.466	369.577
Aquisições	10.334	2.077	21.639	5.735	20.267	2.785	62.837
Alienações - Baixas Custo	(4.061)	(12)	(6.051)	(3.254)	(7.845)	(1.443)	(22.666)
Alienações - Baixas da Depreciação	1.435	-	3.148	2.934	6.353	1.227	15.097
Depreciação	(16.845)	-	(4.691)	(5.720)	(16.560)	(2.876)	(46.692)
Transferências Líquido Custo	-	(2.108)	-	1.863	198	47	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(32)	21	11	-
Valor Subconta	16	-	22	(1)	2	10	49
Transferência Diferimento Subconta	-	-	(24)	(33)	8	-	(49)
Movimentação Líquida	(9.121)	(43)	14.043	1.492	2.444	(239)	8.576
Em 31 de Dezembro de 2018							
Custo	284.614	1.619	216.728	127.983	301.524	34.415	966.883
Depreciação Acumulada	(176.086)	-	(88.956)	(74.098)	(225.402)	(24.188)	(588.730)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	108.528	1.619	127.772	53.885	76.122	10.227	378.153

	Imóveis de Uso ⁽¹⁾	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2016							
Custo	277.541	2.537	188.985	113.339	284.190	31.883	898.475
Depreciação Acumulada	(145.327)	-	(84.252)	(66.433)	(199.833)	(20.449)	(516.294)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2016	132.214	2.537	104.733	46.906	84.357	11.434	382.181
Aquisições	1.413	1.933	13.987	9.775	6.069	2.769	35.946
Alienações - Baixas Custo	(614)	(4)	(1.818)	(1.549)	(1.910)	(1.816)	(7.711)
Alienações - Baixas da Depreciação	546	-	807	1.362	1.896	753	5.364
Depreciação	(15.926)	-	(3.966)	(6.084)	(17.362)	(2.865)	(46.203)
Transferências Líquido Custo	-	(2.804)	(14)	2.074	554	190	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	2	(57)	64	(9)	-
Valor Subconta	16	-	22	2	1	10	51
Transferência Diferimento Subconta	-	-	(24)	(36)	9	-	(51)
Movimentação Líquida	(14.565)	(875)	8.996	5.487	(10.679)	(968)	(12.604)
Em 31 de Dezembro de 2017							
Custo	278.341	1.662	201.140	123.639	288.903	33.026	926.711
Depreciação Acumulada	(160.692)	-	(87.411)	(71.246)	(215.225)	(22.560)	(557.134)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2017	117.649	1.662	113.729	52.393	73.678	10.466	369.577

(1) Imóveis de uso incluem o valor contábil líquido de R\$93.376 em 31 de dezembro de 2018 (31/12/2017– R\$107.814) nos casos em que o Banco é arrendatário em operação de arrendamento financeiro.

Apresentamos a seguir a composição das operações de arrendamento mercantil financeiro nas quais o Banrisul é “arrendatário”. Os contratos são reajustados anualmente conforme índices de preços.

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	19.412	19.249
Até 12 meses	19.412	19.249
Não Circulante	73.964	88.565
Entre 1 a 5 anos	57.133	60.684
Acima de 5 anos	16.831	27.881
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	93.376	107.814
(-) Despesas a Apropriar	-	-
Valor Presente	93.376	107.814

NOTA 17 - INTANGÍVEL

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2017				
Custo	91.640	1.436.106	1.787	1.529.533
Amortização Acumulada	(59.813)	(233.896)	(668)	(294.377)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2017	31.827	1.202.210	1.119	1.235.156
Aquisições	43.529	23.943	-	67.472
Alienações - Baixas Custo	-	(879)	(50)	(929)
Alienações - Baixas da Depreciação	-	179	-	179
Amortização do Período	(12.733)	(163.786)	-	(176.519)
Movimentação Líquida	30.796	(140.543)	(50)	(109.797)
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	135.169	1.459.171	1.737	1.596.077
Amortização Acumulada	(72.546)	(397.504)	(668)	(470.718)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	62.623	1.061.667	1.069	1.125.359

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2016				
Custo	82.270	1.385.558	1.787	1.469.615
Amortização Acumulada	(52.007)	(101.714)	(668)	(154.389)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2016	30.263	1.283.844	1.119	1.315.226
Aquisições	9.510	74.701	-	84.211
Alienações - Baixas Custo	(140)	(24.153)	-	(24.293)
Alienações - Baixas da Depreciação	7	23.344	-	23.351
Amortização do Período	(7.813)	(155.526)	-	(163.339)
Movimentação Líquida	1.564	(81.634)	-	(80.070)
Em 31 de Dezembro de 2017				
Custo	91.640	1.436.106	1.787	1.529.533
Amortização Acumulada	(59.813)	(233.896)	(668)	(294.377)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2017	31.827	1.202.210	1.119	1.235.156

(1) O saldo líquido de R\$1.061.667 (31/12/2017 - R\$1.202.210) está composto por:

- R\$927.557 (31/12/2017 - R\$1.052.621) referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo;
- R\$35.200 (31/12/2017 - R\$48.000) referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banrisul toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo;
- R\$87.114 (31/12/2017 - R\$87.264) referem-se à contratos firmados com demais prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores; e
- R\$11.796 (31/12/2017 - R\$14.325) referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 18 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

(a) Outros Ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Financeiros	3.557.076	3.384.719
Carteira de Câmbio	799.799	700.823
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	1.015.245	957.181
Convênios	43	49
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	7.399	44.878
Títulos e Créditos a Receber ⁽²⁾	1.687.409	1.572.773
(-) Provisão para <i>Impairment</i> de Outros Ativos	(59.754)	(78.642)
Outros	106.935	187.657
Não Financeiros	1.256.606	1.337.898
Bens Destinados à Venda	83.752	50.914
Relações Interfinanceiras e Interdependências	140.499	209.972
Outros Créditos	965.431	1.042.874
Rendas a Receber	24.149	9.818
Adiantamentos a Empregados	12.481	13.603
Devedores por Depósito em Garantia (Notas 21)	443.462	388.955
Impostos e Contribuições a Compensar	53.351	220.859
Superávit Planos de Benefícios (Nota 32)	186.989	143.076
Devedores Diversos - País	228.178	234.357
Outros	16.821	32.206
Outros Valores	66.924	34.138
Total	4.813.682	4.722.617

(1) Créditos Vinculados ao SFH - Refere-se a crédito com o FCVS atualizados de acordo com a taxa pré-fixada de 14,07% a.a. Para crédito com o FCVS oriundos de recursos próprios são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR+6,17% a.a. e para créditos oriundos de recursos do FGTS TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2018, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$1.012.658 (31/12/2017 - R\$954.679). O seu valor de face é de R\$1.076.642 (31/12/2017 - R\$1.032.734). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - Referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS no montante de R\$2.587 (31/12/2017 - R\$2.502).

(2) Títulos e Créditos a Receber - Estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2018, totalizavam R\$158.835 (31/12/2017 - R\$149.692) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$60.875 (31/12/2017 - R\$62.537) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% a 9,37% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2029.

(c) Produtos Vero - referem-se aos valores a receber dos emissores dos cartões de débito e crédito (bandeiras Visa, Mastercard, Verdecard e Elo) capturados pela rede de adquirencia Vero e pelos valores a receber relativo aos conveniados dos cartões de benefícios e empresariais Banricard e da rede credenciada Vero. Em 31 de dezembro de 2018 totalizava R\$1.326.835 (31/12/2017 - R\$1.229.432).

(b) Outros Passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Financeiros	4.549.662	4.280.889
Câmbio	743.544	677.581
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	903.347	804.189
Transações com Cartões a Pagar	850.040	761.987
Credores por Recursos a Liberar	81.957	67.035
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	24.950	31.487
Operações de <i>Leasing</i> Financeiro	93.376	107.814
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul	68.040	67.244
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	1.663.135	1.543.153
Diversos	121.273	220.399
Não Financeiros	1.838.015	1.684.085
Relações Interfinanceiras e Interdependências	273.625	180.993
Provisões para Férias e Outros Encargos	406.499	270.032
Provisão para Pagamentos a Efetuar ⁽¹⁾	175.995	212.450
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	40.242	61.777
Sociais e Estatutárias	120.014	181.614
Provisão Benefício Pós-Emprego ⁽²⁾	604.380	465.861
Outras Obrigações	217.260	311.358
Total	6.387.677	5.964.974

(1) Provisão para pagamentos a efetuar refere-se principalmente a valores provenientes de aquisição de bens e serviços e outras despesas administrativas cujo pagamento, em virtude de prazo legal ou contratualmente previsto, ocorrerá em períodos futuros.

(2) Refere-se às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo.

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2018	31/12/2017
Captações com Clientes	50.602.381	46.806.798
Depósitos à Vista	3.479.734	3.425.223
Depósitos de Poupança	9.127.809	8.312.468
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	37.994.565	35.069.107
Outros Depósitos	273	-
Captações com Bancos	261.729	277.791
Depósitos à Vista de Instituições do Sistema Financeiro	149.423	128.679
Depósitos Interfinanceiros	112.306	149.112
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	3.928.602	4.852.616
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.840.001	2.037.848
Obrigações por Repasses ⁽³⁾	1.751.959	2.221.470
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	862.788	716.702
Outros Passivos Financeiros	4.549.662	4.280.889
Total	64.797.122	61.194.114

A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.5.4.

(1) As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixadas, os quais correspondem 97,69% e 2,31% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 83,97% (31/12/2017 - 84,23%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 5,60% (31/12/2017 - 7,68%) ao ano.

Do total de captações em depósito a prazo, 63,65% possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja a apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(3) Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até novembro de 2032, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,00% (31/12/2017 - 0,40% a 14,87%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas de até 20,09% (31/12/2017 - 20,09%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de empréstimos e recebíveis correspondentes.

(4) São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 1,68% a 6,24% (31/12/2017 - 1,60% a 5,03%) ao ano, com vencimento máximo em até 505 dias (31/12/2017 - 1.219 dias).

NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.809	406.169
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	2.152.031	1.893.138
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 14)	2.145.217	1.887.952
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	6.814	5.186
Total	2.178.840	2.299.307

A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.5.4.

(1) Dívidas Subordinadas - O Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$ 2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 2.5 (e), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de valor justo. Desta forma, a Dívida Subordinada bem como os Instrumentos Derivativos estão avaliados pelo Valor Justo por meio do Resultado.

NOTA 21 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Bannrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e outras.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Bannrisul provisiona integralmente o valor das ações para as quais é provável a perda.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	535.411	382.705	226.110	149.508	1.293.734
Constituição e Atualização Monetária	12.500	227.009	77.395	2.932	319.836
Reversão da Provisão	(81)	(105)	(152)	-	(338)
Baixas por Pagamento	(2.241)	(54.755)	(24.642)	-	(81.638)
Saldo Final em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440	1.531.594
Depósitos em Garantia (Nota 18)	53.407	303.111	86.944	-	443.462

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2016	516.195	337.650	185.229	144.793	1.183.867
Constituição e Atualização Monetária	20.138	116.298	76.600	4.715	217.751
Reversão da Provisão	(785)	(207)	(157)	-	(1.149)
Baixas por Pagamento	(137)	(71.036)	(35.562)	-	(106.735)
Saldo Final em 31/12/2017	535.411	382.705	226.110	149.508	1.293.734
Depósitos em Garantia (Nota 18)	21.234	251.453	116.268	-	388.955

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: **(i)** imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Bannrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$537.912 (31/12/2017 - R\$526.479), no qual o Bannrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e **(ii)** notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (31/12/2017 - R\$6.878).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$117.193 (31/12/2017 - R\$109.587). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, no período houve encerramento de procedimento fiscal no âmbito da Receita Federal relacionado aos incentivos pagos pelo Bannrisul, na qualidade de patrocinador, no contexto do processo de migração voluntária entre os planos de aposentadoria complementar administrados pela Fundação Bannrisul de Seguridade Social, ocorrido em 2014, que resultou em autuação relativa a IRPJ e CSLL cujo valor provisionado é de R\$161.136 (31/12/2017 - R\$147.179), sendo classificada pelos assessores jurídicos como de perda possível.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$232.007 (31/12/2017 - R\$193.558). Adicionalmente, o valor de R\$71.104 (31/12/2017 - R\$57.895) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.655.391 (31/12/2017 - R\$1.491.689), que de acordo com a natureza destes processos refere-se, principalmente, a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório, referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$86.944 (31/12/2017 - R\$116.268).

Existem ainda R\$1.648.907 (31/12/2017 - R\$1.832.615) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se, principalmente, a ações de danos morais, repetição do indébito e financiamento imobiliário, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para perdas no montante de R\$152.440 (31/12/2017 - R\$149.508).

NOTA 22 - TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banrisul possuía créditos tributários e obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, demonstrados a seguir:

(a) Créditos Tributários - os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	31/12/2017	Constituição	Realização	31/12/2018
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	1.441.234	541.351	644.865	1.337.720
Provisão para Riscos Trabalhistas	157.237	90.920	25.941	222.216
Provisão para Riscos Fiscais	144.141	5.450	17.363	132.228
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	181.168	112.653	234	293.587
Outras Diferenças Temporárias	186.082	91.896	13.090	264.888
Total de Créditos Tributários Registrados	2.109.862	842.270	701.493	2.250.639
Obrigações Fiscais Diferidas	(277.593)	(145.772)	-	(423.365)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.832.269	696.498	701.493	1.827.274

	31/12/2016	Constituição	Realização	31/12/2017
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	1.312.516	576.162	447.444	1.441.234
Provisão para Riscos Trabalhistas	141.794	46.649	31.206	157.237
Provisão para Riscos Fiscais	135.207	8.996	62	144.141
Outras Diferenças Temporárias	306.440	83.744	22.934	367.250
Total dos Créditos Tributários Registrados	1.895.957	715.551	501.646	2.109.862
Obrigações Fiscais Diferidas	(223.551)	(54.042)	-	(277.593)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.672.406	661.509	501.646	1.832.269

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias		Totais Registrados
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2019	764.584	477.632	1.242.216
2020	175.773	105.464	281.237
2021	158.369	95.022	253.391
2022	131.851	79.111	210.962
2023	59.373	35.623	94.996
2024 a 2026	66.635	39.981	106.616
2027 a 2028	38.263	22.958	61.221
Total em 31/12/2018	1.394.848	855.791	2.250.639
Total em 31/12/2017	1.228.934	880.928	2.109.862

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.974.300 (31/12/2017 - R\$1.831.406), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas - os saldos da provisão para imposto de renda e contribuições sociais diferidos estão representados por:

	31/12/2018	31/12/2017
Superveniência de Depreciação	(12.133)	(13.967)
TVM ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(433)	(25.647)
TVM ao Valor Justo por meio do Resultado	(336.065)	(173.667)
Superávit Atuarial	(74.734)	(64.312)
Total	(423.365)	(277.593)

Ativos e passivos de imposto diferidos são compensados quando tiver um direito legalmente executável de compensar ativos de imposto corrente contra passivos de imposto, ocasião em que impostos diferidos se relacionarem com impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

(a) Capital Social - O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.396.719 (31/12/2017 - R\$4.750.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13	751.479	48,83	2.056.962	1,02	204.033.800	49,89
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê	57	-	117	0,01	2.514	-	2.688	-
Outros	3.836.716	1,87	787.413	51,16	200.313.860	98,98	204.937.989	50,11
Total	205.062.132	100,00	1.539.009	100,00	202.373.336	100,00	408.974.477	100,00

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13	751.479	48,76	2.056.962	1,02	204.033.800	49,89
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê	57	-	117	0,01	2.514	-	2.688	-
Outros	3.835.116	1,87	789.613	51,23	200.313.260	98,98	204.937.989	50,11
Total	205.060.532	100,00	1.541.209	100,00	202.372.736	100,00	408.974.477	100,00

No exercício de 2018, foram convertidas 1.974.155 ações, principalmente de PNA para PNB, por solicitação de acionistas, conforme previsto no estatuto social.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 10 de abril de 2018, aprovou redução de capital, no montante de R\$353.281, homologado pelo Bacen em 22 de junho de 2018. A restituição aos acionistas do valor das suas ações objeto desta redução de capital ocorreu mediante pagamento em dinheiro no dia 30 de novembro de 2018, e o valor unitário por tipo e classe de ação foi de R\$0,86382146 por ação ON, R\$0,86382146 por ação PNA e R\$0,86382146 por ação PNB.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do Capital Social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Lucro por Ação - o lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do Banrisul pelo número de ações durante o ano. O lucro por ação básico foi calculado, conforme tabela a seguir, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício	908.597	1.095.506
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações		
Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	454.998	548.619
Aos Detentores de Ações Preferenciais A	5.993	10.106
Aos Detentores de Ações Preferenciais B	446.850	536.168
Lucro por Ação		
Lucro Básico por ação (em Reais - R\$)		
Ações Ordinárias	2,22	2,68
Ações Preferenciais A	2,37	2,88
Ações Preferenciais B	2,22	2,68

(c) Reservas

Movimentação	Reservas de Lucros				Total
	Reserva de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	
Em 31 de Dezembro de 2017	4.511	476.623	1.675.108	529.270	2.681.001
Transferência para Reservas	-	52.432	249.049	90.262	391.743
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores	-	-	(32.019)	-	(32.019)
Em 31 de Dezembro de 2018	4.511	529.055	1.892.138	619.532	3.040.725

A Reserva de Capital refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.

A Reserva Legal objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em Orçamento de Capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(d) Distribuição de Resultado - o Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% do Lucro Líquido Ajustado para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Em 27 de abril de 2018, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2018 no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Bannisul visa distribuir Juros Sobre o Capital Próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96 e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Bannisul pagou o montante de R\$406.100, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2018 (31/12/2017 - R\$400.037), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte. O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Bannisul na ordem de R\$182.745 (31/12/2017 - R\$180.017) (Nota 31).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício em BRGAAP	1.048.629	1.053.036
Ajuste		
Reserva Legal	(52.432)	(52.652)
Base de Cálculo dos Dividendos	996.197	1.000.384
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	249.049	250.096
Dividendo Adicional 15%	149.430	150.058
Total dos Dividendos	398.479	400.154
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	342.182	261.724
Ações Ordinárias (R\$674,41698 por lote de mil ações)	180.990	138.285
Ações Preferenciais A (R\$674,41698 por lote de mil ações)	1.494	2.381
Ações Preferenciais B (R\$674,41698 por lote de mil ações)	178.616	135.153
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(18.918)	(14.095)
B) Juros sobre Capital Próprio Creditados	42.477	118.226
Ações Ordinárias (R\$303,48773 por lote de mil ações)	22.555	62.283
Ações Preferenciais A (R\$331,59171 por lote de mil ações)	186	1.067
Ações Preferenciais B (R\$303,48773 por lote de mil ações)	22.259	60.868
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(2.523)	(5.992)
C) Dividendos Provisionados	13.820	20.204
Ações Ordinárias (R\$49,35887 por lote de mil ações)	6.927	10.129
Ações Preferenciais A (R\$54,29791 por lote de mil ações)	57	175
Ações Preferenciais B (R\$49,35887 por lote de mil ações)	6.836	9.900
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	398.479	400.154

Em cumprimento ao Ofício de Alerta nº 11/2018 da CVM, no qual determinou a retificação do montante acumulado da Reserva de Investimento e a Distribuição aos acionistas o valor retido indevidamente dos três últimos exercícios (2015, 2016 e 2017), o Banrisul retificou a Reserva Estatutária e provisionou dividendos no montante de R\$32.019.

NOTA 24 - RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas com Juros e Similares	8.454.424	9.317.842
Disponibilidades e Reservas no Bacen	386.746	393.902
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Valor Justo	294.688	476.106
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.784.401	2.314.866
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	5.930.319	6.069.372
Outros Ativos Financeiros	58.270	63.596
Despesas com Juros e Similares	3.908.680	4.729.865
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	459.305	167.263
Recursos de Bancos	464.855	409.605
Recursos de Clientes	2.536.925	3.450.334
Captação no Mercado Aberto	447.595	702.663
Total	4.545.744	4.587.977

NOTA 25 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Ganhos (Perdas) Líquidos com Passivos Financeiros ao Valor justo	48.043	(33.628)
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	(37.645)	55.974
Derivativos	217.625	(86.296)
Total	228.023	(63.950)

NOTA 26 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Administração de Fundos	79.573	79.946
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	66.959	64.170
Rendas de Garantias Prestadas	3.683	4.189
Receita de Serviços em Operações de Câmbio	48.147	44.262
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	75.044	58.302
Rendas de Corretagens e Operações	9.310	4.078
Serviços de Administração Convênio Banricard	6.705	6.536
Rendas Rede de Adquirência Vero	569.322	553.581
Rendas por Antecipação de Obrigações Vero	84.353	58.283
Tarifas de Cartões de Benefícios	23.056	41.402
Devolução de Cheques	21.587	23.043
Débito em Conta	68.331	60.540
Serviços de Arrecadação	56.540	53.589
Comissões de Seguridade	235.470	194.567
Transações com Cheques	19.086	19.369
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	517.241	469.224
Cartão de Crédito	68.421	48.411
Tarifas de Saques	8.250	8.100
Tarifas de Uso de Agência Virtual	1.327	1.082
Tarifas de Fiança Bancária	11.433	10.401
Outras Receitas	52.427	27.850
Total	2.026.265	1.830.925

NOTA 27 - DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração Direta ⁽¹⁾	1.192.360	1.112.101
Benefícios ⁽¹⁾	335.185	326.322
Encargos Sociais	515.127	493.129
Participação no Lucro	124.896	123.622
Treinamentos	12.728	10.564
Total	2.180.296	2.065.738

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2018, o montante de R\$86.487, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDAV - Plano de Desligamento por Aposentadoria Voluntária.

Em 2017, o montante de R\$89.221 refere-se aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PAV - Plano de Aposentadoria Voluntária, e R\$4.703 ao PDV - Plano de Desligamento Voluntário, destinado aos empregados lotados nas agências/unidades vinculadas às Superintendências Regionais Santa Catarina e Outros Estados.

NOTA 28 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Comunicações	66.010	62.721
Processamento de Dados	133.373	138.152
Vigilância, Segurança e Transportes de Valores	138.619	150.140
Amortização e Depreciação	226.954	213.285
Aluguéis e Condomínios	98.183	92.867
Materiais	27.188	20.682
Serviços de Terceiros	416.334	469.892
Serviços Técnicos Especializados	182.322	79.315
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	98.227	102.597
Manutenção e Conservação de Bens	59.928	56.135
Água, Energia e Gás	32.861	27.269
Serviço do Sistema Financeiro	39.484	42.051
Outras	69.982	62.605
Total	1.589.465	1.517.711

(1) É composto principalmente por R\$45.004 (31/12/2017 - R\$42.164) de despesa com propaganda institucional e R\$36.986 (31/12/2017 - R\$39.828) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 29 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	45.182	45.916
Reversão de Provisões Operacionais para:		
Fiscais	81	785
Trabalhistas	105	207
Cíveis	152	157
Outros	630	5.141
Tarifas Interbancárias	34.740	32.471
Títulos de Créditos a Receber	9.142	9.614
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei n° 12.069	10.475	32.327
Comissão e Taxa sobre Seguro e Capitalização	6.052	13.186
Receitas Diversas com Cartões	99.826	78.603
Lucros na Venda de Bens	792	14.724
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	13.470	30.365
Receitas de Adquirência por Antecipação	25.626	24.706
Receita Pacto Contratual Icatu ⁽¹⁾	-	60.000
Crédito Tributário Plano Verão ⁽²⁾	-	252.087
Outras Receitas Operacionais	20.133	77.334
Total	266.406	677.623

(1) Em 2017 o Banrisul firmou com a Icatu Seguros acordo de investimento, prevendo a exclusividade do balcão de títulos de capitalização pelo prazo de 20 anos. A Icatu pagou ao Banrisul o valor de R\$60 milhões visando a constituição da Rio Grande Capitalização S.A., empresa controlada pela BIPAR, e que terá exclusividade na comercialização de produtos de capitalização nos canais de atendimento do Banrisul. A operação foi aprovada pelo Bacen em abril de 2018 e previamente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em maio deste mesmo ano, na qual está em trâmite a aprovação definitiva da operação.

(2) Em Dezembro de 2017 foi reconhecido contabilmente o crédito tributário de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no valor de R\$252.087, relativos ao trânsito em julgado do processo judicial que estabeleceu ao Banrisul o direito de aplicar integralmente o IPC de janeiro de 1989, "Plano Verão", como indexador de correção monetária do seu balanço patrimonial, com a consequente utilização das parcelas de depreciação e amortização sobre a aludida correção monetária do ativo imobilizado e diferido, bem como, ainda que os efeitos dessa correção monetária complementar sejam deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL para os balanços patrimoniais subsequentes. Tal decisão foi objeto de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado já deferido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e compensado com débitos de tributos e contribuições sob administração da mesma.

NOTA 30 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Descontos Concedidos em Renegociações	56.671	57.386
Despesas com Provisões para Riscos Fiscais (CS/IR)	12.500	20.138
Despesas com Provisões Trabalhistas	227.009	116.298
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	77.395	76.600
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	5.833	34.712
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	4.240	7.359
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen	2.932	4.715
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	3.084	1.738
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	9.596	4.191
Despesas com Cartões	18.304	22.076
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	-	11.140
Tarifas Convênio INSS	44.309	36.973
Outras Despesas Operacionais	53.602	47.892
Total	515.475	441.218

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro do Exercício antes da Tributação	1.423.615	1.550.875
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(355.904)	(387.719)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	(41.332)	(34.802)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 20%	(217.784)	(250.340)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(615.020)	(672.861)
Efeito da Lei 13.169/15 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	586	4.194
Juros sobre o Capital Próprio	182.745	180.017
Outras Adições Líquidas das Exclusões	(83.329)	33.281
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(515.018)	(455.369)
Corrente	(403.209)	(588.729)
Diferido	(111.809)	133.360

(1) A lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também nos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos.

NOTA 32 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 4.661/18 do CMN, que revogou a Resolução nº 3.792/09 do CMN, a Resolução nº 3.846/10 do CMN, a Resolução nº 4.275/13 do CMN, o art. 2º da Resolução nº 4.449/15, a Resolução nº 4.611/17 do CMN e a Resolução nº 4.626/18. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, que revogou a Instrução Previc nº 23/2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018 que revogou a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

Em 31 de dezembro de 2018, o Banrisul dispõe de parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$68.040 (2017 - R\$67.244), distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$38.565, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$17.357 e Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$12.118, registrado em Outros Passivos Financeiros (Nota 18 (b)). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2018	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Taxa de Crescimento Salarial	7,16	n/a	8,45	10,72	n/a	10,72
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,00	n/a

Hipóteses Econômicas - 31/12/2017	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,84	9,84	9,84	9,84	9,84	9,84
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25
Taxa de Crescimento Salarial	7,42	n/a	8,71	10,97	n/a	10,98
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,25	4,25	4,25	4,25	n/a	4,25
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,25	4,25	4,25	4,25	n/a	4,25
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,25	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000, específica por sexo.	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000, específica por sexo.	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%	Não aplicável	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2017	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 basic, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 basic, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,10)
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	Não aplicável	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pelas regras do IAS 19 (R1), a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados

em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12/2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22/2015, nº 24/2015 e nº 10/2017 (alterada pela Instrução Previc nº 8/2018 e Instrução Previc nº 12/2017) combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 (revogou a Instrução Previc nº 23/2015), com a Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015 e Portaria Previc nº 363/2018, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

A alocação dos ativos dos planos são as seguintes:

Categorias	Plano PB I - % Alocação		Plano Saldado - % Alocação		Plano FBPREV II - % Alocação		Plano FBPREV - % Alocação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Renda Fixa	82,30	82,23	83,96	83,64	88,98	88,07	91,24	91,03
Renda Variável	8,75	8,78	7,77	7,88	4,34	4,60	1,28	2,00
Imóveis	3,76	3,45	3,06	2,85	1,64	1,66	0,55	-
Outros	5,19	5,54	5,21	5,63	5,04	5,67	6,93	6,97
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2018 e de acordo com o IAS 19 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2018	31/12/2017
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	449.865	340.827
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	77.247	49.502
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	(8)	-
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	(1)	-
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(186.989)	(143.076)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	204.238	179.913
Total	544.352	427.166

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$78.041 (2017 - R\$70.154) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio aposentadoria, totalizando R\$281.728 (2017 - R\$249.646).

Em 31 de dezembro de 2018, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente dos ganhos e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de R\$(52.172) (2017 - R\$(51.221)).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2018 e 2017 de acordo com o IAS 19 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.404.905)	(1.261.889)	(115.335)	(14.479)	(202.615)	(204.238)
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.955.040	1.184.642	142.612	15.237	389.604	-
Superávit/(Déficit)	(449.865)	(77.247)	27.277	758	186.989	(204.238)
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(27.269)	(757)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(449.865)	(77.247)	8	1	186.989	(204.238)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.311.644)	(1.178.380)	(104.141)	(10.966)	(198.704)	(179.913)
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.970.817	1.128.878	127.583	12.611	341.780	-
Superávit/(Déficit)	(340.827)	(49.502)	23.442	1.645	143.076	(179.913)
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(23.442)	(1.645)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(340.827)	(49.502)	-	-	143.076	(179.913)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	2.311.644	1.178.380	104.141	10.966	198.704	179.913
Custo do Serviço Corrente	(1.702)	-	748	981	2.049	7.748
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	215.601	111.379	9.917	1.069	19.222	15.791
Contribuições dos Participantes do Plano	57.938	3.527	697	665	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(27.285)	2.326	3.803	495	(21.014)	(4.204)
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	86.738	50.962	4.482	611	11.793	6.573
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(238.029)	(84.685)	(8.453)	(308)	(4.786)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(3.353)	(1.583)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	2.404.905	1.261.889	115.335	14.479	202.615	204.238

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	2.098.547	1.096.231	82.791	9.887	184.223	157.812
Custo do Serviço Corrente	(89)	-	1.257	997	1.894	4.918
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	220.929	117.178	8.983	1.095	20.161	14.701
Contribuições dos Participantes do Plano	64.063	6.015	695	742	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	62.080	(11.778)	22.841	828	(12.048)	(11.233)
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Demográficas	(60.523)	(24.076)	(12.758)	(7.520)	(4.616)	177
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	156.913	75.565	7.545	5.110	16.690	38.822
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(230.276)	(80.755)	(7.213)	(173)	(4.443)	(25.284)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(3.157)	-
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	2.311.644	1.178.380	104.141	10.966	198.704	179.913

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.970.817	1.128.878	127.583	12.611	341.780	-
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	189.196	107.020	12.298	1.260	32.649	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	(91.145)	22.683	8.233	466	15.175	-
Contribuições Pagas pela Empresa	66.263	7.219	2.254	543	-	-
Contribuições de Participantes	57.938	3.527	697	665	-	-
Benefícios Pagos	(238.029)	(84.685)	(8.453)	(308)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.955.040	1.184.642	142.612	15.237	389.604	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	196.016	114.003	9.327	1.034	31.866	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	65.232	21.048	37.487	1.508	15.472	-
Contribuições Pagas pela Empresa	61.546	9.892	2.179	644	-	-
Contribuições de Participantes	64.063	6.015	695	742	-	-
Benefícios Pagos	(230.276)	(80.755)	(7.213)	(173)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.970.817	1.128.878	127.583	12.611	341.780	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(340.827)	(49.502)	-	-	143.076	(179.913)
Custo do Serviço	1.702	-	(748)	(981)	(2.049)	(7.748)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	(26.405)	(4.359)	74	29	13.427	(15.791)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultado Abrangente	(150.598)	(30.605)	(1.572)	410	24.396	(2.369)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	3.353	-
Contribuições Pagas pela Empresa	66.263	7.219	2.254	543	4.786	1.583
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(449.865)	(77.247)	8	1	186.989	(204.238)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)
Custo do Serviço	89	-	(1.257)	(997)	(1.894)	(4.918)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	(24.913)	(3.175)	86	(64)	11.705	(14.701)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultado Abrangente	(93.238)	(18.663)	(1.008)	1.472	15.446	(27.766)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	3.157	-
Contribuições Pagas pela Empresa	61.546	9.892	2.179	644	4.443	25.284
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(340.827)	(49.502)	-	-	143.076	(179.913)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente	(2.077)	-	662	1.128	1.956	8.744
Juros Líquidos sobre Passivo/(Ativo) Líquido do Benefício Definido	32.778	6.611	(76)	(34)	4.760	16.516
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	30.701	6.611	586	1.094	6.716	25.260

Contribuição Esperada para o Exercício de 2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Empresa	103.430	6.988	1.629	375	6.383	-

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2019	250.790	97.246	7.147	261	11.813	47.473
2020	255.947	100.303	7.363	271	11.234	6.961
2021	260.971	103.782	7.582	281	12.226	7.994
2022	265.661	107.226	7.801	291	13.087	11.117
2023	270.428	110.682	8.022	302	14.619	15.609
2024 a 2028	1.405.795	600.763	43.390	1.673	87.222	149.222

A duração média ponderada do valor presente da obrigação são demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
31/12/2018	9,38	10,51	10,30	11,32	-	8,41
31/12/2017	9,84	10,93	10,43	11,87	-	9,43

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	337	952	4.424	5.337	10.081	10.799
Assistidos	4.407	2.098	812	33	5.542	-
Total	4.744	3.050	5.236	5.370	15.623	10.799

Quantidade de Participantes em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	501	1.007	4.496	5.037	9.967	10.631
Assistidos	4.487	2.064	457	24	5.549	-
Total	4.988	3.071	4.953	5.061	15.516	10.631

(e) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(118.706)
Taxa de Desconto	8,65%	128.241
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(68.262)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	74.979

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(59.255)
Taxa de Desconto	8,65%	64.473
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(25.672)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	28.025

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(5.065)
Taxa de Desconto	8,65%	5.496
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(372)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	482

Plano FBPREV I (FBPREV I) - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(698)
Taxa de Desconto	8,65%	759
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	681
Tábua de Mortalidade	10% Redução	(681)

Plano Saúde - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(2.419)
Taxa de Desconto	8,65%	2.620
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(1.214)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	1.329

Plano Medicamento - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(8.765)
Taxa de Desconto	8,65%	9.846
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(4.374)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	4.951

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2018		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(7.553)
Taxa de Desconto	8,65%	8.216
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(571)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	571

NOTA 33 - COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(a) Compromissos para aquisição de ativos - o Banrisul não dispõe de compromissos para aquisição de ativos contratados na data do balanço, ainda não incorridos.

(b) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.795.824 (31/12/2017 - R\$10.775.038), dos quais R\$10.208.286 (31/12/2017 - R\$10.188.286) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo anteriormente mencionado está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento.

(c) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - o Banrisul aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de aluguel mensais serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, de acordo com a variação do IGP-M.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	64.470	33.436
Até 12 meses	64.470	33.436
Não Circulante	134.240	81.061
Entre 1 a 5 anos	117.038	68.795
Acima de 5 anos	17.202	12.266
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	198.710	114.497
(-) Despesas a Apropriar	-	-
Valor Presente	198.710	114.497

Em 2018, os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$88.825 (31/12/2017 - R\$83.689).

(d) O Banrisul é responsável por operações de custódia no montante de R\$906.852 (31/12/2017 - R\$875.230).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	11.093.399	9.751.772
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	89.616	102.898
Fundos de Ações	86.215	73.090
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	15.564	17.214
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	265.439	118.324
Carteiras Administradas	639.504	643.552
Total	12.189.737	10.706.850

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

Os fundos de investimento administrados pelo Banrisul não são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, já que os respectivos ativos são de propriedades de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 160 grupos (161 em 31/12/2017) e de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 59.096 consorciados ativos (53.667 em 31/12/2017).

NOTA 34 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 3.750/09 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 3.750/09 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banco, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, à exemplo de tarifas bancárias.

Em abril de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul alienou, por meio de procedimento de leilão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a quantidade total de 28.974.500 ações de emissão do Banrisul, sendo 26.000.000 de ações PNB e 2.974.500 de ações ON, representando assim uma redução de sua participação acionária de 7,44% em relação ao Capital Social total do Banrisul. Contudo, o controle do Banrisul pelo Estado do Rio Grande do Sul permanece inalterado. A Banrisul S.A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio executou a venda tendo como intermediador a BTG Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Para a prestação destes serviços a Banrisul Corretora foi remunerada a título de corretagem em 0,1% (zero virgula um por cento) sobre os valores negociados;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS - empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; e Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização S.A.;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS), entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrado pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(884.241)	(766.960)	(16.549)	(33.047)
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.160	15.336	739	2.042
Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	308	1.815	45	59
Outros Ativos	3.001	15.422	-	-
Captações com Clientes	(607.120)	(589.738)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(265.439)	(118.324)	(15.858)	(33.704)
Outros Passivos	(23.151)	(91.471)	(1.475)	(1.444)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(70.046)	(70.431)	(20.595)	(19.908)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(69.012)	(69.303)	(8.800)	(8.390)
Outros Passivos	(1.034)	(1.128)	(11.795)	(11.518)
Total	(954.287)	(837.391)	(37.144)	(52.955)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

As transações com empresas consolidadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2018	2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Empresas Consolidadas				
Outros Créditos	47.734	93.590	115.687	101.184
Depósitos à Vista	(3.659)	(12.147)	-	-
Depósitos a Prazo	(12.397)	(27.868)	(1.687)	(1.942)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(252.130)	(153.573)	(1.181)	(2.705)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(295.269)	(258.754)	(17.982)	(25.820)
Outras Obrigações	(888.446)	(698.261)	(8.064)	(5.125)
Total	(1.404.167)	(1.057.013)	86.773	65.592

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	11.588	10.123
Remuneração	9.026	7.850
Encargos Sociais	2.562	2.273
Benefícios Pós-emprego	687	664
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	687	664
Total	12.275	10.787

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$900.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

(iii) Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2018, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 2.688 ações, conforme Nota 23(a).

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO
JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET
OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA
OSMAR PAULO VIECELI
RICARDO RICHINITI HINGEL
SUZANA FLORES COGO
Diretores

Conselho de Administração

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente
Presidente em Exercício

ADEMAR SCHARDONG
ADRIANO CIVES SEABRA
DILIO SERGIO PENEDO
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO VERNER JUENEMANN
MARCO ANTÔNIO MAYER FOLETTTO
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

